

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EDUARDO TARRAGÓ

**GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE INTERNA DE RENDA:
Avaliação para o período de 1980 a 2007 a partir da elaboração e aplicação de um
modelo causal para 95 países**

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EDUARDO TARRAGÓ

GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE INTERNA DE RENDA
Avaliação para o período de 1980 a 2007 a partir da elaboração e
aplicação de um modelo causal para 95 países

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Juan Mario Fandiño Mariño

Porto Alegre
2012

EDUARDO TARRAGÓ

GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE INTERNA DE RENDA
Avaliação para o período de 1980 a 2007 a partir da elaboração e
aplicação de um modelo causal para 95 países

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Juan Mario Fandiño Mariño

Aprovada em 03 de setembro de 2012

Prof. Dr. Mario Riedl/Faculdades Integradas de Taquara

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Karl Martin Monsma/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2012

A todas aquelas pessoas a quem a desigualdade material intriga.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - seus professores e servidores - pela oportunidade em desenvolver minha formação acadêmica além da graduação.

Ao professor Dr. Juan Mario Fandiño Mariño, que nestes mais de dois anos me apoiou na elaboração deste trabalho com valiosos conhecimentos que não se encontram nos livros; por ter me dado a oportunidade de aprofundar as habilidades necessárias à pesquisa em Ciências Sociais; por ter sido paciente com meu amadurecimento acadêmico ao longo deste período; e por ter me auxiliado mesmo à distância, o que é um desafio para qualquer orientador.

Ao meu ex-chefe Mário Marchesan, pessoa que concordou, em um ambiente em que “menos um” fazia muita falta, com o meu ingresso no Mestrado em Sociologia.

À minha esposa Saiuri Tarragó, que acompanhou dia a dia todas as batalhas travadas na frente deste texto e me apoiou durante toda esta jornada. Seu apoio foi fundamental.

- Mestre - começou Scadlock quando junto com Robin regressavam os dois para casa depois de terem cumprido a tarefa de alojar aquela espécie de prisioneiro - que pensas em fazer? Será que não te resta outra hipótese para além das florestas e da vida desprovida de lar típica de um fora da lei?

- Não há outra saída - disse Robin soltando uma gargalhada dura - E ficarei bastante satisfeito por, uma vez na floresta, estar em condições de realizar o possível para fazer sentir aos ricos e aos poderosos uma amostra do tratamento que eles dão aos pobres que governam¹.

¹ Diálogo entre Robin Hood e Scadlock, extraído de *Robin dos Bosques*, 1914, de Henry Gilbert (2010).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE: PROBLEMATIZANDO ESTA RELAÇÃO..17	
2.1. EXPLORANDO A GLOBALIZAÇÃO.....	17
2.2. EXPLORANDO A DESIGUALDADE INTERNA DE RENDA	30
3. REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA PENSAR A RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE	36
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PESQUISAS RECENTES ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE	47
5. FORMULAÇÃO INICIAL DO MODELO CAUSAL.....	56
6. METODOLOGIA	60
6.1. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	62
6.2. TRATAMENTO DA REDUNDÂNCIA NO MODELO CAUSAL INICIAL	64
6.3. FORMULAÇÃO ESTATÍSTICA DO MODELO FINAL	67
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
8. CONCLUSÕES	78
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE A – O ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO KOF - DISCRIMINAÇÃO DAS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS RESPECTIVAS VARIÁVEIS CONSTITUINTES.....	89
APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PAÍSES	92
APÊNDICE C – QUADROS DOS DADOS	94

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Evolução histórica da desigualdade interna de renda no mundo32

FIGURA 2 - Variáveis inicialmente consideradas para o modelo causal.....59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON	66
QUADRO 2 - QUATRO REGRESSÕES MÚLTIPLAS DA VARIAÇÃO DA DESIGUALDADE A PARTIR DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES EM ESTUDO, SEGUNDO GRUPOS DOS PAÍSES CLASSIFICADOS POR PIB (2007)	70
QUADRO 3.1 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES PRINCIPAIS: ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA EM 1980 E 2007 E SUAS VARIAÇÕES	94
QUADRO 3.2 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES ACESSÓRIAS: PIB PER CAPITA E CONSUMO DE ENERGIA EM 1980 E 2007 E SUAS VARIAÇÕES	97
QUADRO 3.3 – COEFICIENTE DE GINI EM 1980, 2007 E SUA VARIAÇÃO	100
QUADRO 3.4 – VARIÁVEL DE DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA – PIB (2007) E POPULAÇÃO (2007)	103

RESUMO

A presente dissertação se propôs a avaliar por meio da elaboração de um modelo causal, com a utilização de análise de regressão múltipla, a relação entre globalização e desigualdade interna de renda em 95 países a partir de dados secundários referentes aos anos de 1980 e 2007. As variáveis independentes envolvidas são a variação no Índice de Globalização KOF, nas dimensões econômica, social e política, a variação no PIB *per capita*, a variação no Consumo de Energia *per capita* e Coeficiente de Gini no momento inicial. A variável dependente é a variação da desigualdade de renda no mesmo período. O universo da pesquisa compreende, em sua maioria, países com PIB acima de 10 bilhões de dólares (2007) e população acima de 2 milhões de pessoas (2007). O estudo problematiza a relação entre globalização e desigualdade interna de renda por meio de contribuições teóricas de Karl Marx, Zygmunt Bauman e Immanuel Wallerstein. A partir de pesquisas empíricas recentes sobre o tema, foi elaborado o modelo que serviu de instrumento de avaliação desta relação com os dados disponíveis, aplicado aos países em grupos de acordo com o PIB em 2007 (periféricos semiperiféricos e centrais). O modelo apresentou-se aplicável para um intervalo de 39% a 55% das variações observadas pelo conjunto das variáveis. Foi possível concluir que a variação da globalização, em suas três dimensões, pouca influência exerce sobre a variação da desigualdade de renda, sendo a desigualdade inicial a variável que maior impacto exerce. Quanto à desigualdade, verificou-se que, para o período estudado, permaneceu praticamente estável, com a observação que os países com maior desigualdade inicial foram os que mais reduziram suas desigualdades internas, resultado este que não se pôde atribuir à globalização.

Palavras-chave: globalização, desigualdade, renda.

ABSTRACT

This work aimed to evaluate, through the development of a causal model, with the use of multiple regression analysis, the relationship between globalization and domestic income inequality in 95 countries from secondary data for the years 1980 and 2007. The variables involved are the variation in the KOF Index of Globalization, in your economic, social and political dimensions, change in GDP *per capita*, changes in energy consumption *per capita* and the Gini coefficient at baseline. The dependent variable is the change in domestic income inequality. The research comprises mostly countries with GDP above 10 billion dollars (2007) and population over 2 million people (2007). The study discusses the relationship between globalization and domestic income inequality through theoretical contributions of Karl Marx, Zygmunt Bauman and Immanuel Wallerstein. From recent empirical research on the topic, the model that served as a tool for assessing this relationship to available data was developed and applied to groups of countries according to GDP in 2007 (peripheral, semi-peripheral and central). The model presented is applicable to a range of 39% to 55% of the variations observed by the set of variables. It was concluded that the variation in globalization, in its three dimensions, exerts little influence on the variation in income inequality, and initial inequality was the variable that has the greatest impact. As for inequality, it was found that for the period studied, remained stable, with the observation that countries with higher initial inequality were the most reduced their internal inequalities, a result that could not be attributed to globalization.

Keywords: globalization, inequality, income.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade na distribuição de renda da população de um país, além de estar sujeita a características internas que sobre ela exercem influência, tais como fatores políticos, culturais, econômicos, geográficos e históricos, sofre também a influência de eventos externos, como decisões de política e economia internacionais, comumente atribuídas a um processo chamado “globalização”. A dinâmica da interação dos fatores externos - mundiais - e internos - os particulares de cada país - exerce sobre a desigualdade de renda, em cada um deles, efeitos complexos. A própria maneira como cada país se ajusta às mudanças globais é diferenciada. Assim, os fatores internos característicos de cada país produzem impactos sobre a desigualdade interna em articulação com influências externas, tais como as que caracterizam a globalização, interpretada aqui como um conjunto de fenômenos que interliga o planeta de forma mais acentuada a partir do fim da Guerra Fria por meio de avanços tecnológicos nas comunicações, no processamento da informação e nos transportes.

A despeito da multiplicidade de fatores envolvidos na relação entre globalização e desigualdade de renda - sendo esta última tratada neste trabalho como a medida da distribuição da renda das famílias obtida pelas pesquisas dos censos dos países – compreendemos que tal relação não é caótica e está sujeita a certas características que estão analisadas nesta pesquisa. Desta forma, esta dissertação apresenta como tema o estudo da relação entre globalização e desigualdade interna de renda para 95 países, com dados secundários referentes aos anos de 1980 e 2007, a partir de uma compreensão sociológica dos possíveis efeitos da variação da primeira sobre a variação da segunda, avaliados segundo um modelo causal que aqui será proposto e aplicado. Esta relação leva em conta, além de variáveis que mensuram a globalização, algumas variáveis econômicas internas que se mostram relevantes pelas pesquisas correntes.

Ao problema que se pretendeu responder foi, com base na avaliação de posições teóricas relativas à relação causal entre globalização e desigualdade de renda, em que medida os dados aplicados ao modelo conceitual desenvolvido nesta pesquisa sustentam ou contrariam o aspecto (positivo ou negativo) e a intensidade (muito ou pouco) desta relação no período específico entre 1980 e 2007 para os países avaliados. O mérito da presente proposta radica não

só no valor intrínseco de avaliar esta relação, mas no fato de que as pesquisas empíricas sobre o assunto, salvo algumas poucas, não abordam modelos causais multivariados da forma como aqui proposto e desenvolvido, o que nos estimula a dar uma contribuição para o tema.

Para responder a este questionamento, estabelecemos o objetivo geral de discutir, a partir do modelo causal aplicado aos dados disponíveis, a relação entre a variação da globalização em suas dimensões econômica, social e política, e a variação da desigualdade interna de renda (entre pessoas), influenciada pelas variáveis de controle de natureza econômica interna, a saber, PIB *per capita*, consumo de energia *per capita* e desigualdade inicial do período delimitado para estudo, isto é, 1980. A pesquisa teve como objetivos específicos (1) a construção do modelo causal; (2) a aplicação do modelo a grupos de países classificados pelo PIB de 2007 para avaliar como se dá esta relação conforme o nível econômico (baixa renda, média renda e alta renda)²; (3) verificar como as variáveis de controle (fatores econômicos internos) dos países interferem na relação entre estes dois fenômenos.

A metodologia empregada foi a Análise de Regressão Múltipla, onde a diferença entre a desigualdade de renda nos anos 2007 e 1980 (variação da desigualdade de renda), calculada pelo Coeficiente de Gini, é a variável dependente. As variáveis independentes principais são variação da globalização econômica, variação da globalização social e variação da globalização política, mensuradas pelo Índice KOF de globalização³. Já as variáveis independentes acessórias são a variação no PIB *per capita* (em dólares americanos), variação no consumo de energia *per capita* (em equivalente de petróleo) e desigualdade no ano de 1980 (também pelo Coeficiente de Gini). Os dados foram obtidos junto à página institucional do

² A classificação do Banco Mundial ocorre da seguinte forma: economias de baixa-renda (35 países com renda menor que \$1.005), economias de média-baixa renda (56 países com renda de \$1.006 a \$3.975), economias de média-alta renda (54 países com renda de \$3.976 a \$12.275) e economias de alta renda (70 países com renda acima de \$12.275). Para efeitos de simplificação dos agregados, compactamos baixa com média-baixa e denominamos países com baixa renda *per capita*, e mantivemos as duas demais, denominando a segunda de países com renda intermediária, e a terceira como países de alta renda, para termos ao todo três categorias: baixa, média e alta renda. Os valores de corte foram adaptados, por simplicidade, para \$3999 para baixa, de \$4000 a \$11999 para média, e de \$12000 em diante, alta.

³ O Índice de Globalização KOF foi criado pelo economista alemão Axel Dreher, em 2004, e baseia-se em 24 variáveis, adiante explicitadas, coletadas a partir das estatísticas oficiais de 208 países a partir de 1970. O índice de globalização apresenta-se como uma conjunção de três dimensões da globalização: dimensão econômica, dimensão social e dimensão política. Consulte o Apêndice A deste trabalho para conhecer melhor o indicador.

Banco Mundial e do Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique, disponíveis pela rede mundial de computadores.

Justifica-se a presente pesquisa porque o tema é controverso e inconcluso, particularmente considerando-se a natureza ambígua que é atribuída à globalização. O sociólogo polonês Zygmunt Bauman assinala muito bem este ponto: “Para alguns, ‘globalização é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível” (1999:7). A seguir apontamos alguns elementos introdutórios ao debate sobre o tema, os quais antecedem as questões propriamente teóricas do problema que serão abordadas posteriormente.

Especificamente para os possíveis efeitos da globalização sobre a desigualdade, o debate parece estar longe de se encerrar. A socióloga brasileira Tânia Steren dos Santos enfatiza o caráter excludente da globalização empregando o conceito de *classe social*, tributário da noção de desigualdade:

A globalização não é equilibrada nem harmônica e, ao invés de atenuar as disparidades de renda, amplifica-as. Ela privilegia os interesses específicos da classe social dominante e dos países hegemônicos, em detrimento dos mais desfavorecidos, acentuando assim os já graves problemas estruturais e conjunturais do mundo atual (2001:15).

Divergências também são sintetizadas por Neutel e Heshmati, num estudo para o IZA (*Institut zur Zukunft der Arbeit*), intitulado *Globalization, Inequality and Poverty Relationships: A Cross Country Evidence* (grifos meus):

Various studies prove that globalization increases poverty, whereas numerous other studies claim that globalization reduces poverty. Those in favour of globalization claim that there have been significant steps in the fight against global poverty, as well as a decrease in **inequality** in the last 20 years, and that liberalization of economic policies or globalization has been responsible for this achievement. In contrast there are the critics who claim that globalization has led directly to increases in poverty and **inequality. The rich are getting richer and the poor are getting poorer.** Both sides have backed up their claims with ‘facts’, but instead of a clear debate and clear cut studies and conclusions, there has been an increasingly complex ‘numbers debate’ (2006:4)⁴.

⁴ Tradução nossa: Vários estudos provam que a globalização aumenta a pobreza, enquanto numerosos outros estudos afirmam que a globalização reduz a pobreza. Aqueles a favor da globalização afirmam que se deram passos significativos na luta contra a pobreza global, bem como uma diminuição da desigualdade nos últimos 20 anos, e que a liberalização das políticas econômicas ou a globalização tem sido responsável por essa conquista. Em

Robert Wade, economista da *London School of Economics*, afirma que passados 30 anos desde as mudanças neoliberais de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, os resultados da globalização não estão sendo bem distribuídos:

If the number of people in extreme poverty is not falling and if global inequality is widening, we cannot conclude that globalization in the context of the dollar-Wall Street regime is moving the world in the right direction, with Africa's poverty as a special case in need of international attention. The balance of probability is that—like global warming—the world is moving in the wrong direction⁵ (2004:16).

Em meio a este debate, compreende-se que esta pesquisa contribui com resultados que ajudam a elucidar a relação entre globalização e desigualdade de renda para o período já indicado, mesmo tendo um caráter contraditório como observa Santos:

A partir do enfoque dialético, a globalização deve ser analisada como um fenômeno contraditório. Ela produz aspectos positivos e negativos concomitantemente, ou seja, de um lado a sociedade global propicia uma acelerada revolução científica e tecnológica, mas por outro lado, a dominação torna-se cada vez mais sofisticada e efetiva, levando a uma maior exploração e exclusão de amplos segmentos da população mundial (2001:23).

A hipótese desta pesquisa é de que a globalização, em seu alcance político, social e econômico, tem impacto negativo na distribuição da renda interna dos países, em especial para a população dos países de baixa renda, visto que a inserção destes no cenário da globalização está sujeita a influência de seus aspectos internos que representam uma desvantagem para a obtenção de uma distribuição de renda mais equilibrada.

Após esta introdução, o plano desta pesquisa prossegue na seção 2 com uma articulação conceitual que problematiza a relação entre globalização e desigualdade de renda, seguida por uma discussão do referencial teórico da pesquisa, na seção 3, trazendo as contribuições de Karl Marx, Zygmunt Bauman e Immanuel Wallerstein. Adiante, na seção 4,

contraste, existem os críticos que afirmam que a globalização tem levado diretamente ao aumento da pobreza e da desigualdade. Os ricos estão ficando mais ricos e os pobres estão ficando mais pobres. Ambos os lados sustentaram seus argumentos com "fatos", mas em vez de um debate claro, com claros e contundentes estudos e conclusões, o que se verifica é um aumento de complexos "debates envolvendo números".

⁵ Tradução nossa: Se o número de pessoas em extrema pobreza não está caindo e se a desigualdade global está aumentando, não podemos concluir que a globalização no contexto do regime dólar-Wall Street está movendo o mundo na direção certa, com a pobreza da África como um caso especial que exige atenção internacional. O balanço de probabilidades é que - como o aquecimento global - o mundo está se movendo na direção errada.

uma apresentação do estado das pesquisas empíricas mais recentes, realizadas após o ano 2000, que tratam da relação entre globalização e desigualdade interna de renda dos países. Na sequência está a seção 5 com a construção do modelo causal, a seção 6 com a discussão metodológica e a seção 7 com a apresentação dos resultados acompanhados de sua avaliação. Por fim, na seção 8, apresentamos a conclusão da pesquisa.

2. GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA: PROBLEMATIZANDO ESTA RELAÇÃO

Nesta seção desenvolveremos a problematização que envolve a relação entre os fenômenos da globalização e da desigualdade de renda de forma a evidenciar a possibilidade de se estabelecer uma ligação entre seus aspectos definidores, especialmente a partir do entendimento da globalização enquanto fenômeno cujos desdobramentos trazem consequências internas aos países, incluindo para a distribuição da renda. Iniciaremos discutindo a globalização e mais adiante a desigualdade, de forma a desencadearmos ao final, no nosso problema de pesquisa.

2.1. EXPLORANDO A GLOBALIZAÇÃO

O sociólogo sueco Göran Therborn (2001), ao fazer uma reflexão sobre o conceito de globalização, aponta cinco empregos frequentes da palavra: o principal deles é o **econômico**, que se refere a novos padrões de comércio, investimento, produção e empreendimento, interligando todo o mundo. Um segundo tipo, geralmente derivado do primeiro, é o **político**, concentrando-se no papel cada vez menor do Estado e do tipo de organização social a ele associada. Em terceiro lugar, a globalização surgiu como centro de discurso e protesto **social**, como uma nova forma que assumem as forças que lutam pela justiça social e pela democracia. Há outros dois discursos igualmente importantes: o discurso **cultural**, das manifestações identitárias, que apresenta a globalização como rede de fluxos, encontros e hibridismo culturais, e por fim, como parte de um clamor **ambiental** de preocupações com as futuras gerações. Observa-se aí a amplitude que o conceito atinge, desde sua difusão pelos meios de comunicação de massa e entre os intelectuais.

A palavra “globalização” - ou *mondialisation* como preferem os franceses - pode parecer simplista para a variedade de fenômenos que tenta dar conta; no entanto, aplicar a uma ampla gama de fenômenos uma denominação única - globalização - é natural ao processo de compreensão da realidade social, visto que o conjunto de acontecimentos que o conceito tenta dar conta é tomado pelo universo simbólico da experiência humana a partir das mudanças pelas quais o mundo passa, interligando-o em suas dimensões política, econômica e cultural. Escreveu

o sociólogo francês Émile Durkheim:

Quando uma nova ordem de fenômenos se torna objeto da ciência, tais fenômenos já se encontram representados no espírito não apenas por meio de imagens sensíveis, mas também por certos conceitos grosseiramente formados. [...] Mas devido a estarem as noções mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente para substituir estas últimas, por aquelas, transformando-as na própria matéria de nossas especulações (2002:13).

Bauman também faz uma consideração crítica a respeito do emprego de palavras de amplo alcance semântico, como “globalização”:

Todas as palavras da moda tendem a um mesmo destino: quanto mais experiências pretendem explicar, mais opacas se tornam. Quanto mais numerosas as verdades ortodoxas que desalojam e superam, mais rápido se tornam cânones inquestionáveis. As práticas humanas que o conceito tentou originalmente captar saem do alcance da vista e são agora os ‘fatos materiais’, a qualidade do ‘mundo lá fora’ que o termo parece ‘esclarecer’ e que ele invoca para reivindicar sua própria imunidade ao questionamento. A ‘globalização’ não é exceção à regra (1999:7).

Assim, é preciso identificar a globalização como um fenômeno ou conjunto de fenômenos que se impõe à observação sociológica. Tal é a posição de consagrados sociólogos contemporâneos, em considerar a globalização como um objeto de investigação que se apresenta ao debate. O sociólogo britânico Anthony Giddens não irá negar que estamos diante de um objeto relativamente “novo”, quando diz que: “A palavra ‘globalização’ pode até nem ser muito elegante ou atrativa, mas ninguém, absolutamente ninguém, que pretenda progredir neste final de século a pode ignorar” (2006:19). Também o economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi concorda que o mundo passa por uma fase de mudanças, a que se convencionou dar o nome de “globalização”:

Globalização pode ser um termo enganoso utilizado para denotar a mudança de um sistema financeiro global controlado por uma hierarquia de agências governamentais lideradas pelos Estados Unidos para um sistema financeiro igualmente global, no qual os governos têm pouco controle sobre suas finanças e competem duramente entre si para obter favores e assistência do capital controlado privadamente. Mas, independentemente de querermos ou não conservar o termo, dificilmente poderemos dar sentido ao que aconteceu no mundo nos últimos vinte ou trinta anos sem darmos muita atenção a essa mudança em andamento (2003:14).

Segundo Martin Griffiths e Terry O’Callaghan (2000), teóricos das Relações Internacionais, não há consenso sobre o conceito de globalização, mas apontam, no entanto, a necessidade de se considerar algumas características definidoras do fenômeno: deve-se

considerar, primeiramente, a noção que se tornou corrente em considerar o mundo como um lugar só, fato que se reflete em expressões como “aldeia global” (*global village*) ou “economia global”; em segundo lugar, o fato de que o comércio praticamente não conhece mais fronteiras; em terceiro lugar, os problemas estão se tornando cada vez mais um problema de todos: aquecimento global, tráfico internacional de drogas e terrorismo são desafios que envolvem cooperação em escala global; em quarto lugar, parece haver indicações de que a globalização diminui as diferenças culturais, citando termos como *Mc-donaldization* ou *Coca-Colaisation* do mundo e em quinto lugar, a soberania dos países é afetada, especialmente em política econômica, no sentido de que o território é afetado por decisões que estão além das fronteiras nacionais ou que afetam as que dentro delas são tomadas.

Mas de onde vem a palavra “globalização”? A palavra *globalization*⁶, do inglês, surgiu para transmitir uma nova concepção no mundo empresarial, no sentido de projetar a atuação das empresas para além de suas fronteiras; tal concepção floresceu em virtude do desenvolvimento de tecnologias no campo da comunicação, do tratamento da informação e dos transportes. A bibliografia do mundo empresarial se refere ao emprego do termo “global” e “globalização”, pela primeira vez, na expressão *global enterprise* em um artigo datado de 1959 para a *Harvard Business Review*, que recomendava aos empresários adquirir matéria prima em qualquer parte do mundo que as oferecesse a baixos custos, produzir suas mercadorias em qualquer lugar onde o custo da mão de obra fosse mais baixo e os vender em mercados promissores (SENE, 2007).

É importante observar, no entanto, que as mudanças que vieram a caracterizar o que se convencionou chamar globalização vão, hoje, além da esfera econômica, muito embora tenham raízes econômicas. Iniciaram-se durante a Segunda Guerra Mundial, com a projeção dos Estados Unidos como potência mundial, e posterior queda dos regimes socialistas do leste europeu, consolidando o fim da Guerra Fria. Neste período houve o fortalecimento de

⁶ Giddens afirma que “até finais dos anos 80, o termo [globalização] não era quase usado, nem na literatura acadêmica nem na linguagem corrente. Apareceu não se sabe de onde, para chegar a quase todos os lugares” (2006:20).

instituições políticas e econômicas em âmbito internacional: GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), de 1947, que depois deu origem à OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), de 1944, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), de 1959, Banco Mundial, de 1944, ONU (Organização das Nações Unidas), de 1945, OMS (Organização Mundial da Saúde), de 1948, dentre outras. Associa-se a isto o surgimento de novas tecnologias que possibilitaram o tratamento mais rápido da informação e instrumentos de comunicação em tempo real, tudo isto permitindo a disseminação de informações e a facilidade para tomada de decisões em âmbito mundial, tanto por empresas quanto por governos. A melhoria nos meios de transporte e seu barateamento também acelerou as possibilidades do comércio internacional. Além disto, muitas pessoas passaram a ter acesso à informação não mais apenas de forma pronta pela imprensa escrita, rádio ou televisão, que oferece combinações fechadas de informações, mas podem escolher e combinar um universo próprio de informações a partir da rede mundial de computadores.

Desta forma, conceituar globalização parece ser um desafio. Na introdução deste trabalho dissemos que a globalização é um conjunto de fenômenos que interliga o planeta de forma mais acentuada a partir do fim da Guerra Fria por meio de avanços tecnológicos nas comunicações, no processamento da informação e nos transportes. Mas que conjunto de fenômenos? Que características devem ter estes fenômenos para permitir delimitarmos o que é a globalização? Para isto, iremos adotar o conceito de globalização do sociólogo espanhol Manuel Castells, que a define de modo abrangente como “el proceso resultante de la capacidad de ciertas actividades de funcionar como unidad en tiempo real a escala planetaria”⁷ (CASTELLS *apud* CALDERÓN, 2003:9). Esta definição nos ajuda a identificar que ruptura conceitual é esta que exige um novo termo para marcar o capitalismo do final do século XX. Para o sociólogo que cunhou o conceito de “capitalismo informacional”, a globalização é um fenômeno novo porque é somente nas duas últimas décadas do século XX que se configurou um sistema tecnológico de informação, telecomunicações e transportes que articulou todo o planeta em uma vasta rede de

⁷ Tradução nossa: “o processo resultante da capacidade de certas atividades de funcionar como unidade em tempo real a escala planetária”.

fluxos (CASTELLS *apud* CALDERÓN, 2003).

Analisemos o conceito de globalização de Castells citado na página anterior: “o processo resultante da capacidade de certas atividades de funcionar como unidade em tempo real e em escala planetária”. Castells fala primeiramente em “processo”, que traduz a noção de movimento. Globalização é processo. Depois ele fala em “resultante de”, sugerindo relação de consequência. Seguimos: resultante de “capacidade”, significando que o processo é consequência de técnica ou conhecimento. Continuando: resultante da capacidade de “certas atividades”, sugerindo que há atividades que detêm esta capacidade enquanto outras não. “Atividades” denota tudo o que ocorre no mundo social, incluindo trabalho. Depois: capacidade de certas atividades “de funcionar”, confirma a noção dinâmica do processo que ocorre no mundo social. Funcionar como? Em tempo real e escala planetária. Esta é a capacidade que define a globalização, que está inserida nas atividades do mundo social, mas não em todas, pois é possível que haja atividades que não funcionem em tempo real nem em escala planetária, muito embora possam sofrer a influência daquelas atividades que desta forma funcionem. Aqui está a resposta do que é globalização: ter a capacidade, enquanto atividade (cultural, política ou econômica) de funcionar em tempo real e em escala planetária. Isto é ser global. Para ser global é preciso ser rápido ou o mais rápido que as capacidades instaladas e disponíveis possam oferecer, bem como atingir o planeta ou quase todo ele. É a compressão espaço-tempo que marca este conjunto de fenômenos característicos do capitalismo a partir do final do século XX e que se convencionou chamar de “globalização”:⁸ tempos mais curtos e espaços mais próximos.

Mesmo com as considerações levantadas acima, precisamos ainda assim definir melhor que “atividades” são essas que detêm esta capacidade ou que pelo menos se propõem a desenvolvê-las. Utilizaremos para isto as componentes dimensionais do Índice de Globalização KOF para termos a precisão daquilo que pode ser associado à definição de globalização de Castells. O indicador KOF de globalização apresenta-se em três dimensões: globalização

⁸A integração espaço-tempo é o fio condutor do processo histórico, com períodos de ruptura por questões de avanço tecnológico e outros de aparente imobilidade. O geógrafo David Harvey chama a essa progressão histórica de *compressão espaço-tempo*, isto é, ao longo da História, tecnologicamente o homem produz ferramentas que lhe permitem aproximar os espaços e reduzir o tempo (BAUMAN, 1999).

econômica, globalização social e globalização política. A globalização econômica mede o volume de comércio, investimentos recebidos do exterior, remessas ao exterior, barreiras aos fluxos de outros países, impostos e tarifas sobre importações, capital produtivo estrangeiro instalado no país e dados sobre o câmbio e restrições cambiais; a globalização social mede a comunicação por tráfego telefônico, transferências de bens e serviços, volume de turistas internacionais, população estrangeira residente, volume de correspondência enviada e recebida, quantidade de usuários de internet, quantidade de aparelhos de televisão, volume de comércio de periódicos com o exterior, número de lojas da rede McDonalds e da rede Ikea, volume de comércio de livros; e a globalização política mede a filiação em organizações internacionais, participação no Conselho de Segurança da ONU e participação em tratados internacionais. O indicador está detalhado no Apêndice A deste trabalho⁹.

A globalização compõe-se de um conjunto de fenômenos cuja interdependência mundial gera fluxos diversos (de capital, de pessoas, de informação, de produtos etc) possibilitados pelos avanços técnicos trazidos pela Terceira Revolução Industrial ou Revolução da Informação, que alteraram profundamente processos de comunicação, transporte e tratamento da informação. O modo de produção capitalista se reproduz por meio de novos investimentos em capital produtivo: avanços tecnológicos, conduzidos por empresas, de forma a se tornarem mais competitivas e aumentar suas margens de lucro, geram novas tecnologias que irão servir para alimentar este ciclo. Os fluxos se tornam então mais abrangentes, buscando atingir novos lugares em tempos mais curtos. Esta rede de fluxos se desenvolve, portanto, no sentido que lhe deu impulso, isto é, no sentido de acirrar a competitividade e produzir mais lucros, pois esta é a lógica do sistema que lhe dá direção. Cabe ressaltar que capitalismo e globalização não são a mesma coisa: globalização é um conjunto de atividades que têm a capacidade de atingir o planeta em tempo real. Ela é característica do capitalismo que se desenvolveu a partir do fim do século XX, resultado de diversos eventos históricos que se acumularam (Segunda Guerra Mundial,

⁹ Evidentemente que a escolha das subcomponentes que compõe o Índice de Globalização KOF pode ser criticada, especialmente no que se refere à globalização social. Não compreende objetivo deste trabalho esta discussão pormenorizada e sabemos que quaisquer critérios sempre serão, em alguma medida, arbitrários. O Índice de Globalização KOF deve ser avaliado com a observância das limitações envolvidas, especialmente por tentar dar conta de um fenômeno novo e abrangente como é a globalização. Sua utilização guarda importância pela sua ampla aplicação em estudos desta natureza.

formação de Organismos Internacionais, desenvolvimento tecnológico acelerado, fortalecimento de grandes empresas com atuação transnacional, queda dos regimes socialistas, dentre outros eventos).

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos indica que o núcleo destas “atividades” que caracterizam a globalização são as empresas multinacionais, globalmente, e uma elite capitalista local associada a uma burguesia estatal, nos países, modelo este que toma de empréstimo do sociólogo Peter Evans. O sociólogo se apoia em outros intelectuais:

Becker e Sklar, que propõem a teoria do pós-imperialismo, falam de uma emergente burguesia de executivos, uma nova classe social saída das relações entre o setor administrativo do Estado e as grandes empresas privadas e privatizadas. Esta nova classe é composta por um ramo local e por um ramo internacional. O ramo local, a burguesia nacional, é uma categoria socialmente ampla que envolve a elite empresarial, os diretores de empresa, os altos funcionários do Estado, líderes políticos e profissionais influentes. Apesar de toda a heterogeneidade, estes diferentes grupos constituem, de acordo com os autores, uma classe, ‘porque os seus membros, apesar da diversidade dos seus interesses setoriais, partilham uma situação comum de privilégio socioeconômico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controlo social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista’. O ramo internacional, a burguesia internacional, é composto pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais (SANTOS, 2005:38)

Ele também afirma que “as novas desigualdades sociais produzidas por esta estrutura de classe têm vindo a ser amplamente reconhecidas mesmo pelas agências multilaterais que têm liderado este modelo de globalização, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (2001:38). O relatório do Banco Mundial intitulado “Globalização, Crescimento e Pobreza”, de fato refere-se a isto (grifos meus):

As sociedades e as economias em todo o mundo estão se tornando mais integradas. Tal integração é o resultado da redução de custos com transportes, de menores barreiras comerciais, de uma comunicação mais rápida de ideias, de fluxos crescentes de capital e de pressões de migração mais intensificadas. A integração – ou ‘globalização’ – tem gerado preocupações com a **crescente desigualdade**, mudança de mãos do poder e uniformidade cultural (2003:15)

A forma como se altera a distribuição de renda nos países também está associada à outra característica da globalização, além da formação de uma classe privilegiada ou, como diria Bauman, uma elite extraterritorial: uma perda de poder decisório dos países sobre suas próprias economias. O economista Paulo Sandroni se refere à globalização como o “termo que designa o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de

comunicação e dos transportes” (1999:265). Esta perda de independência do local frente ao global se reflete na ampla concepção do mundo como um lugar único e interligado, comentada pelo historiador Peter Stearns:

Globalization: in its literal sense is the “process of transformation of local phenomena into global ones ... a process by which the people of the world are unified into a single society and function together.” This process is a combination of economic, technological, sociocultural and political forces, though globalization terminology is often used to focus primarily on economics – the integration of national economies into an international economy through trade, foreign direct investment, capital flows, migration, and the spread of technology¹⁰ (2010:10)

Em seu clássico *Choque de Civilizações*, Samuel Huntington aponta a formação, mesmo que exacerbada pelos meios de comunicação, de uma consciência social mundialmente integrada, promovida pela integração crescente que a globalização implica, sugerindo que o mundo se tornou um lugar totalmente integrado:

Na sociologia, a teoria da globalização chega a uma conclusão semelhante: ‘num mundo crescentemente globalizado – caracterizado por graus historicamente excepcionais de interdependência civilizacional, societária e de outras modalidades, e de uma ampla percepção delas -, há uma exacerbação da autoconsciência civilizacional, societária e étnica. (2009:116)

Após temos explorado o conceito de globalização e apresentado alguns elementos marcantes que envolvem o fenômeno, tais como (1) a desigualdade de renda, internamente, está configurada pela concentração de renda nas mãos de uma elite local, cujos interesses de classe são compatíveis com os da burguesia internacional, como assinala Boaventura de Souza Santos; (2) a competição mútua entre as elites produziu, ao longo dos anos, avanços tecnológicos ao processo produtivo que são necessárias à acumulação de riqueza, originando uma rede de fluxos mundiais, especialmente econômicos, através da compressão espaço-tempo que essas tecnologias

¹⁰ Globalização: em seu sentido literal é o "processo de transformação de fenômenos locais para globais ... um processo pelo qual as pessoas do mundo pertencem a uma sociedade única e se articulam em conjunto" Esse processo é uma combinação de forças econômicas, tecnológicas, socioculturais e políticas, embora a terminologia da globalização seja muitas vezes usada com foco sobre a economia - a integração das economias nacionais em uma economia internacional através do comércio, do investimento estrangeiro direto, dos fluxos de capital, da migração e da disseminação da tecnologia.

proporcionam; (3) esta configuração dá ao mundo a aparência de que tudo (pessoas, mercadorias, ideias etc.) está interligado, sugerindo a noção de “aldeia global”, como observado por Peter Stearns e Samuel Huntington; (4) a constatação da perda de autonomia da soberania regional ou local, segundo Paulo Sandroni, frente à força das instituições supranacionais da política internacional; (5) a desigualdade se apresenta, como admite o Banco Mundial, como um possível desdobramento dessa integração crescente de economias nacionais por meio de novas tecnologias.

No sentido de compreendermos o funcionamento deste processo definido e caracterizado até aqui como tendo efeitos sobre a desigualdade de renda, examinaremos mais de perto as contribuições de Therborn, pois este autor explora a relação entre globalização e desigualdade de renda e busca evidenciar seus mecanismos subjacentes, destacando o papel dos estados nacionais para a compreensão dos fenômenos envolvidos.

Parece-me que para compreender a questão devemos começar com o estado-nação e a economia e sociedade nele baseadas, como determinante básico dos níveis de vida do povo. Nesse sentido, a nação não é, de forma alguma, um sistema fechado, e sua primazia pode muito bem estar sendo desgastada e substituída como determinante do nível de vida por certas categorias sociais. Mas ela parece ser a base mais adequada para construção de uma cadeia causal. As fronteiras da cidadania e, mais ainda, do direito legal de residência afetam de forma crucial as oportunidades de vida da maioria das pessoas. As relações sociais econômicas e não-econômicas são definidas em muito pelas economias e sociedades baseadas no Estado. O estado-nação atual tem uma grande capacidade de alocação e redistribuição de recursos, e controla diretamente de um a dois terços de todo o PIB da maioria dos países desenvolvidos. A globalidade afeta essa determinação das capacidades humanas a partir de três ângulos: o da História, o da amplitude e o do entrelaçamento globais (2001:16).

Explica Therborn que a historicidade dos processos internacionais de comércio e política definiu as relações entre os estados nacionais dando conformação própria para cada um para alocar e distribuir os recursos disponíveis. Reconhecendo uma influência dos processos históricos globais para a desigualdade, Therborn afirma que há uma estreita relação entre a formação dos estados-nacionais e o que hoje chamamos “globalização”, especialmente no que diz respeito à distribuição interna de renda.

As populações, culturas e vínculos de todos os Estados-nação, economias e sociedades nacionais atuais foram definidos por forças e processos extranacionais. A história global tem uma importância muito grande sobre todos eles, e é aqui que entra a análise de sistemas mundiais e dos diferentes caminhos até a modernidade. Entretanto, em um caminho ou outro, e de uma forma ou outra, esta história global levou a sistemas sociais

baseados no Estado, com propriedades e dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais próprias, incluindo capacidades específicas para fazer uso de sua localização no mundo. E essa dinâmica conforma os processos nacionais de alocação e distribuição. (2001:17)

Estas relações entre estados nacionais, hoje, estão configuradas por dois tipos de processos globais permanentes e dinâmicos, que caracterizam a globalização: os fluxos globais (de bens, capital, populações, conhecimento) e o entrelaçamento global (interdependência por meio de ONGs, Organismos Internacionais, Tratados de Cooperação, Blocos Econômicos etc). Os fluxos globais, afirma o sociólogo, “têm uma dinâmica geral característica própria, a qual é intrinsecamente a mesma, qualquer que seja a sua extensão: local, nacional, regional ou global” (2001:17), e ressalta a influência desta dinâmica na distribuição de renda: “As dinâmicas de mercado do comércio e das finanças, a circulação nas cadeias migratórias e a difusão do conhecimento – todas – têm efeitos distributivos diretos” (2001:17).

Os fluxos, tais como explicados por ele, são importantes porque nos fazem perceber que a globalização trouxe mudanças na forma como os estados nacionais estão interligados e de que forma esta interligação pode afetar a distribuição da renda interna a partir de diferentes combinações de fluxos de capital, pessoas, comércio e conhecimento.

Para Therborn, estes fluxos são definidos pelos entrelaçamentos: “Os entrelaçamentos e relacionamentos em rede, em nível global, definem o padrão dos fluxos de comércio, capital e populações, através dos caminhos das corporações transnacionais como ocorreu, por exemplo, pelas antigas conexões coloniais” (2001:35). Argumenta que “a proliferação de estados-nação posterior à Segunda Guerra Mundial foi seguida por um entrelaçamento intrincado destes Estados formalmente soberanos em uma série de redes internacionais (2001:34)”, tais como União Europeia, OECD, FMI, Banco Mundial, ONU, ONGs. Ele afirma que os entrelaçamentos proporcionam uma “interligação de soberania nacional e dependência extranacional”, mas adverte que não se deve atribuir todas as mazelas econômicas a partir de fora e excluir os governos nacionais de suas responsabilidades políticas de cunho decisório.

Após o ingresso do mundo em uma nova ordem tecnológica e política chamada globalização, temos um novo cenário para a investigação de seus efeitos sobre a desigualdade interna de renda dos países.

A globalização, até este momento, não desfez o fortalecimento secular do estado-nação do Século XX, e a importância das relações interestatais significa que a cidadania é uma das mais importantes instituições mundiais de desigualdade. Por outro lado, há Estados que abrigam dentro de suas fronteiras quase tanta desigualdade econômica quanto a existente no mundo (THERBORN, 2001:2).

Apesar da importância do cenário interno como parte da compreensão da desigualdade interna, como mencionado pelo sociólogo, ele afirma também que estes processos dinâmicos são coordenados de forma mais expressiva por atores globais – os organismos econômicos internacionais - cujas decisões têm preponderância sobre interesses locais, pois fazem parte de algo maior, os “entrelaçamentos globais”:

O estabelecimento de agendas, a construção de instituições e a prescrição de políticas operam através de formas tangíveis de pressão, por intermédio de assessores (convidados ou impostos), através de iniciativas e auxílios econômicos, bem como através de sanções como recusa de crédito, exclusão de membros ou crítica pública (2001: 35).

Os entrelaçamentos ocorrem, segundo ele, por meio de três mecanismos: Primeiro, pelo que o autor chama de “o estabelecimento de agentes nacionais em nível global [...] Uma diretriz global dirige um foco crítico para uma situação nacional e o traz para a agenda nacional através de seu acesso especial ao processo nacional de formulação de políticas” (2001:35). Exemplifica: “A OECD tem utilizado esse procedimento para pressionar pela flexibilização no mercado de trabalho, pelo gerenciamento competitivo de serviços públicos e níveis mais baixos de tributação” (2001:35). Em segundo lugar, está o que chama “construção de instituições”, no sentido de “elaboração e prescrição de certos tipos específicos de instituições nacionais”. Refere-se a duas linhas de ação:

Uma delas aponta para uma liberalização do mundo, pressiona pela desregulamentação, privatização e aberturas de fronteiras. A remoção de barreiras a empresas e mercados tem sido o principal impulso. O FMI e o Banco Mundial e, por trás deles, o governo dos Estados Unidos, têm sido as principais forças dessa tendência. A outra variante cresceu na família das Nações Unidas e está relacionada à diminuição de barreiras aos indivíduos, com o desmantelamento da exclusão social e a diminuição de hierarquias. Trata-se do movimento pelos direitos humanos em geral e, mais especificamente, por categorias francas e discriminadas, como as mulheres, as crianças, as minorias étnicas ou trabalhadores imigrantes. As conferências e as convenções das Nações Unidas têm

sido instrumentos importantes nesse sentido. A igualdade de gênero e o fortalecimento para o poder dos pobres foram incorporadas muito recentemente à agenda do Banco Mundial (2001:35).

E em terceiro lugar está o que ele chama de “prescrição de políticas”, o que comenta da seguinte forma:

Em termos concretos, este mecanismo foi desenvolvido e aplicado em grande escala na década de 80, nas ‘políticas de ajuste estrutural’ prescritas aos países africanos e latino-americanos pelo FMI e pelo Banco Mundial, e foi também aplicado pelo FMI em outra grande operação na crise do Leste da Ásia, da Tailândia à Coreia, entre 1997 e 98 (2001:36).

Sintetizando as contribuições de Therborn para o estudo da globalização, discutimos que a globalização possui uma dinâmica própria que se constitui por meio de fluxos globais específicos (de mercadorias, informações, pessoas etc) determinados por uma nova figura do cenário internacional: o entrelaçamento global (por parte de instituições internacionais). Este entrelaçamento ou integração ocorre também por meio de agentes supranacionais que atuam em nível global, interferindo nas instituições nacionais e prescrevendo políticas de ajuste econômico. Este processo de integração não foi repentino. Deu-se em etapas historicamente desenvolvidas de forma assimétrica, isto é, nem todos os países estão na mesma posição em relação aos benefícios do processo integrador que hoje se acentua por meio da globalização.

O sociólogo brasileiro Octávio Ianni argumenta que esta integração assimétrica provém fundamentalmente da esfera econômica, o que traz consequências para a desigualdade também, pois os benefícios da globalização são distribuídos no sentido da concentração de renda, segundo este autor. Diz que “são poucas as formas de vida e trabalho, de ser e imaginar, que permanecem incólumes diante da atividade ‘civilizatória’ do mercado, empresa, forças produtivas, capital” (2001:179), e explica:

Em relativamente poucas décadas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), a industrialização espalhou-se pelo mundo. A Guerra Fria (1946-89) foi também uma época de desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo. A contra-revolução mundial embutida na Guerra Fria favoreceu a criação e o desenvolvimento de indústrias em nações subdesenvolvidas, agrárias, periféricas, do Terceiro Mundo. Inicialmente desenvolveram-se políticas de industrialização substitutivas de importação e, depois, de industrialização orientada para a exportação, sendo que em vários casos combinam-se as duas políticas. Em poucas décadas, muitas nações asiáticas, latinoamericanas e africanas ingressaram no sistema industrial mundial. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais desenvolveram-se e generalizaram-se. Intensificou-se o movimento de capital, tecnologia e força de

trabalho. Formaram-se e expandiram-se as alianças estratégicas, os centros e os sistemas decisórios. Emergiram as cidades globais, como elos e polarizações fundamentais da sociedade global, muitas vezes os lugares privilegiados das estruturas de poder (2001:178).

Esta etapa a que Ianni se refere como preparatória para a globalização, que vai de 1945 a 1989, pode ser melhor compreendida na forma de “ondas”. O Banco Mundial (2003) também prefere falar em “ondas de globalização” e identifica três períodos marcantes de integração econômica, a que chama de “ondas de globalização”. A primeira vai de 1870 a 1914, marcada pela redução nos custos de transporte marítimo e a redução de barreiras tarifárias. De 1914 a 1945 tem-se o que chama de período de “recoo ao nacionalismo”. De 1945 a 1980, novos atores internacionais vêm à tona, trazendo rearranjos comerciais que foram acompanhados por novas reduções nos custos de transportes e comunicações. Por fim, a terceira onda vai de 1980 até os dias de hoje, e está marcada pelo acentuado ingresso de países em desenvolvimento nos mercados globais, enquanto outros permanecem à margem, na condição de periferia. Observa-se também um aumento no fluxo de capitais e pessoas.

Esta tradição de considerar a globalização em ondas a partir de 1870 é atribuída a O'Rourke (2001), O'Rourke e Williamson (2000), Madison (2001) e Williamson (2002), que dividiram a globalização em marcos bastante próximos: primeira onda (1870 a 1913), um segundo período que chamam de “desglobalização” (1913-1950), seguido por outro chamado *golden age* (1950-1973), e por fim o que chamam de “segunda onda” da globalização, o período que prossegue a partir de 1973 (HESHMATI, 2003). O modelo de ondas nos serve como suporte para o entendimento de como os entrelaçamentos e os fluxos, definidos por Therborn, vão se desenvolvendo historicamente. Só é possível pensar em uma terceira onda, como descreve o Banco Mundial, quando a fase que vai de 1945 a 1989 criou as condições necessárias para tal, sendo os anos 80 um período de transição deste processo, quando se consolidou o que veio a se chamar “globalização”.

2.2. EXPLORANDO A DESIGUALDADE INTERNA DE RENDA

Therborn (2001) admite que “preocupar-se com a desigualdade, em vez de apenas com a pobreza, significa preocupar-se com a maneira como toda a sociedade é estruturada e não apenas com o seu pior aspecto” (2001:11). A desigualdade é a base de muitos conflitos sociais que se estabelecem entre aqueles atores sociais que, na condição favorável que a desigualdade lhes oferece, almejam mantê-la ou aumentá-la, e aqueles outros que, na condição desvantajosa que a desigualdade lhes impõem, lutam pela sua diminuição ou eliminação. Embora compreendamos que a desigualdade de renda familiar ou entre pessoas decorre de muitos fatores, e que há elementos de ordem estritamente individual como aptidões pessoais ao lado de fatores de contexto mais social, procuramos identificar, no caso geral, se a globalização (econômica, política e social) produz sobre a desigualdade algum efeito mensurável.

Quando se trata de desigualdade de renda, a literatura sobre o tema traz essencialmente dois tipos: a desigualdade entre famílias ou “nos” países (*inequality within countries*) e a desigualdade entre países ou “dos” países (*inequality between countries*). Esta pesquisa se preocupa apenas com a desigualdade interna dos países, muito embora haja indicações de que países pobres possuem uma desigualdade maior do que países ricos (BERGESEN e BATA, 2002). Therborn também menciona o fato:

O quadro muda, com certeza, se examinarmos os países pobres, fracos e dependentes do terceiro mundo e da Europa pós-comunista. As crises transnacionais e as políticas impostas de “ajuste estrutural” tiveram efeitos distributivos negativos muito fortes. Mas as evidências mostram que as crises, a dependência externa e o envolvimento com o FMI e as políticas deste para as crises produzem mais desigualdade, ao invés de aumentar os fluxos globais. (2001:41)

Brym et al. (2006) apresentam um esboço interessante da evolução histórica da desigualdade no mundo baseado no estudo do sociólogo Gerhard Lenski, que dividiu a linha do tempo em cinco tipos de sociedade: coletoras, pastoris, agrárias, industriais e pós-industriais:

(1) ao primeiro tipo chamou de sociedades coletoras, e corresponde ao período que vai do surgimento das primeiras sociedades humanas até 90 mil anos atrás, quando não havia excedentes: produziam para a subsistência e a divisão da coleta era comunitária. Não havia ricos

e pobres;

(2) No segundo tipo estão as sociedades pastoris, que datam de doze mil anos atrás, quando se estabeleceu a horticultura por meio de pequenas ferramentas e o pastoreio, com a domesticação de animais: começou a acumulação e a estratificação social, pois um pequeno número de pessoas controlava o excedente;

(3) O terceiro tipo situa-se há cinco mil anos e tem início o período agrícola, por meio do arado de tração animal que permitiu aumentar o excedente e com isso, a desigualdade. Surgia o direito divino e a estratificação de atribuição, em que a mobilidade social era quase impossível, pois a posição ou *status* era atribuído pelo nascimento;

(4) No quarto tipo estão as sociedades industriais, inauguradas com a Revolução Industrial e o surgimento de severas desigualdades, mas que com o barateamento da produção, ocorreu uma melhoria do padrão de vida. O nascimento não era mais determinante da posição na estrutura social. Novas tecnologias passaram a exigir trabalhadores mais bem treinados, pagando um pouco mais por isso. O resultado foi a formação de uma consciência política que passou a exigir reformas e associações de trabalhadores começaram a se formar. O ingresso da mulher no mercado de trabalho, mesmo que atendendo a fins econômicos, resultou em redução da desigualdade. É então a partir da formação da sociedade industrial que a desigualdade encontra sua primeira queda desde a aurora da civilização humana;

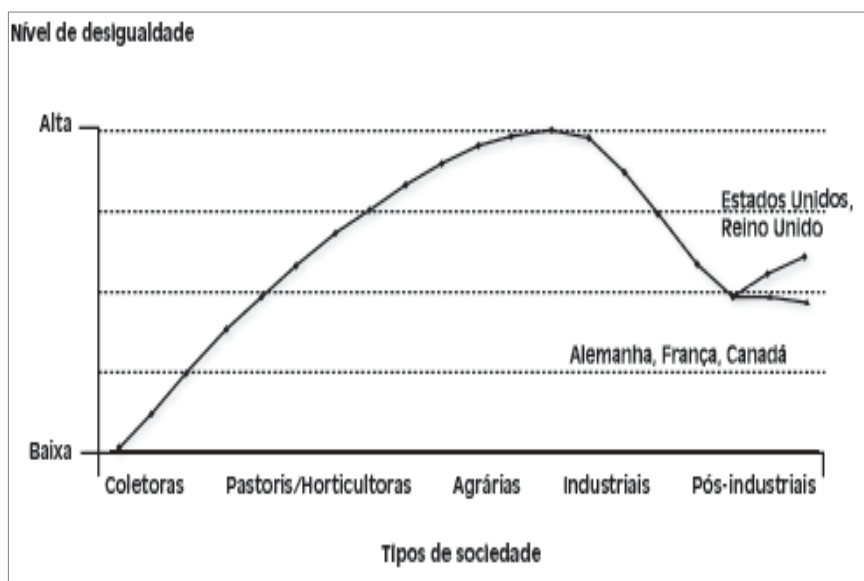
(5) Por fim, no quinto tipo estão as sociedades pós-industriais, cuja recente história não permite conclusões concretas, mas alguns dados mostram que:

[...] em países como Estados Unidos e Reino Unido, a desigualdade social tem crescido nos últimos 25 anos. A concentração de riqueza na mão de 1% dos americanos mais ricos é maior hoje do que jamais o foi nos últimos cem anos. O fosso entre ricos e pobres é maior hoje do que o foi nos últimos 50 anos. Por outro lado, em certas sociedades pós-industriais como Alemanha, França e Canadá, a desigualdade social tem permanecido estável desde meados dos anos 70 (BRYM et al, 2006:189).

Segundo os autores, as observações referentes a este último período são recentes e não permitem uma inferência mais acurada. A fase atual corresponde a um período de mudanças na história da desigualdade material da humanidade, uma inflexão na tendência de queda da desigualdade, que coincide com o final do século XX, e por consequência, com a globalização, pois ela parece oferecer novos mecanismos para acumulação de capital. A maior parte deste

período, desde o surgimento do homem, é no sentido do crescimento da desigualdade, como se pode observar na Figura 1.

Figura 1 – Evolução histórica da desigualdade mundial



Fonte: BRYM et al. (2006). Reprodução autorizada pela editora.

Segundo Brym et al. (2006) os avanços tecnológicos desenvolvidos na segunda metade do século XX contribuíram para o aumento da desigualdade observado no final do Gráfico 1: de um lado, os proprietários de grandes corporações, altos executivos, herdeiros de grandes fortunas, investidores de alto potencial, atletas e artistas de altíssima remuneração glorificados pelos meios de comunicação, e de outro lado uma massa de desempregados e sem renda ou exercendo atividades sem nenhuma complexidade gerando uma contingente de trabalhadores mal remunerados ou sendo substituídos por equipamentos capazes de realizar tarefas rotineiras a baixo custo, gerando mais desemprego e falta de rendimentos para muitas pessoas. Aqueles países que conseguiram frear o aumento da desigualdade, segundo os autores, o fizeram por meio da intervenção do Estado, via políticas públicas associadas à reforma tributária.

A globalização, que floresceu durante os anos 80 e consolidou-se com o fim da

Guerra Fria, em 1989¹¹, é um conjunto de fenômenos típicos da fase do capitalismo que recebeu um impulso decisivo após o fim da Segunda Guerra Mundial, despertando um novo patamar de exploração das forças produtivas. Redimensionou-se a articulação da política internacional entre as nações, cuja orientação criou um entrelaçamento de todos os agentes e processos econômicos, políticos e culturais, originando fluxos, não só econômicos, que não mais encontram barreiras territoriais e temporais para os processos de acumulação capitalista. Embora a desigualdade de renda seja historicamente anterior ao surgimento do modo de produção capitalista, a partir da globalização ela tem seu ritmo modificado, conforme a Figura 1 mostrou. Este gráfico pode ser simplista em sua concepção linear da História, escondendo possíveis retrocessos, mas para uma interpretação macrosociológica da desigualdade ele é bastante apropriado.

Embora a globalização possa ter desdobramentos positivos, é necessário investigar seus possíveis efeitos sobre a desigualdade, especialmente porque o tema não é conclusivo. Segundo o sociólogo Juan Mario Fandiño Mariño, o estudo de um fenômeno sociológico deve identificar “uma unidade subjacente e uma continuidade histórica” que são decisivos para a sua compreensão. Os fenômenos sociais exigem, segundo ele, “ultrapassar o tratamento apenas dos sintomas e condições empíricas imediatas e tratar o problema em um nível de abstração e de abrangência sociológica maior, estabelecendo ligações e/ou transformações entre suas diferentes manifestações”. Por isto, alerta que não há uma “linearidade universal do processo de desenvolvimento”, como algo semelhante a um “evolucionismo econômico” onde no futuro desta “linha” houvesse um lugar para todos os países serem “desenvolvidos”. “Por esta razão [...] dentro do sistema econômico capitalista vigente jamais a periferia reproduziria as condições do centro, apresentando-se pelo contrário, cada vez mais pauperizada”. A questão que se impõe aqui não é que um determinado país não possa desenvolver-se e tornar-se país rico, mas que para haver um centro, deve haver uma periferia; assim, periferia é uma condição necessária para o centro, mesmo que eventualmente possam os países trocar de posição. Trata-se do que o sociólogo chama de “dualismo simbólico funcional excludente” (FANDIÑO, 2012, não publicado).

¹¹ Se tivéssemos que escolher um evento histórico para simbolizar o “nascimento” da globalização, com certeza a queda do muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, seria bastante apropriada.

No interior das fronteiras nacionais, Fandiño aponta que as “classes exploradas” desempenham um papel igualmente funcional no sistema capitalista, pois historicamente, a partir da funcionalidade do dualismo econômico dos processos reprodutivos do capitalismo comercial do século XV, está a “dualidade simbólica excludente das populações subordinadas”.

O modelo que Fandiño utiliza para a compreensão do processo histórico de excludente e excluído, cuja separação é “intransponível” e se infiltra na teia social muito além da esfera econômica, produz uma “exclusão simbólica”, em que o país ou a classe estão “de fora do ringue, mas tem que carregar o piano”.

Embora a História esteja marcada por uma progressiva integração comercial dos povos, e a economia está subjacente a isto, o processo integrativo da globalização deve ser avaliado à luz deste modelo dualístico. Globalização marca uma etapa do capitalismo do final do século XX porque revelou um salto quantitativo para outro patamar de integração; salto este encabeçado pelo avanço tecnológico que permitiu uma *compressão espaço-tempo* antes nunca vista, cujas características que discutimos até aqui nos levam a pensar na desigualdade como tendo efeitos específicos que merecem ser investigados. Desta forma, o problema desta pesquisa procura responder, com base numa avaliação de posições teóricas relativas à relação causal entre globalização e desigualdade de renda, em que medida os dados aplicados ao modelo conceitual a ser desenvolvido aqui sustentam ou contrariam o aspecto (positivo ou negativo) e a intensidade (muito ou pouco) desta relação no período específico entre 1980 e 2007 para os países selecionados.

A partir da discussão feita até aqui, assumimos a hipótese de que a globalização, em seu alcance político, econômico e social, por meio de seus fluxos e entrelaçamentos globais orientados pelo capitalismo a partir do final do século XX, tem impacto negativo sobre a distribuição de renda no interior dos países, especialmente naqueles em que as condições econômicas sejam desfavoráveis em comparação com outros países em que estas condições sejam melhores.

Na próxima seção faremos um breve apanhado das contribuições teóricas de Karl Marx, Zygmunt Bauman e Immanuel Wallerstein para o estudo da relação entre globalização e

desigualdade interna de renda dos países. Deve-se enfatizar que, com exceção de Bauman, Wallerstein não fala em globalização, muito menos Marx. Mesmo assim os ensinamentos destes autores são válidos para o estudo da relação entre globalização e desigualdade de renda porque subjaz a esta relação a dinâmica do capitalismo. E é com base nas características do capitalismo, segundo o entendimento destes três autores, que recuperaremos elementos importantes para a compreensão da relação problematizada nesta pesquisa.

3. REFERENCIAS TEÓRICOS PARA PENSAR A RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE

Muito embora a construção teórica de Karl Marx tenha enfrentado diversas críticas ao longo dos últimos anos, especialmente a partir da queda do regime socialista no leste europeu, ainda assim ela é importante referência teórica para pensar a globalização e suas consequências, porquanto a globalização é também marcada pelo desdobramento do processo de expansão do capitalismo mundial. Assim, pensar no referencial marxista para o estudo da relação entre globalização e desigualdade é plenamente válido porque ele oferece elementos teóricos de adequada aplicabilidade, visto que Marx se preocupou em construir uma teoria cujo projeto final planejado era a compreensão dos efeitos da economia mundial sobre a vida social.

A obra inconclusa da engenharia marxiana tinha, assim, um plano arquitetônico prévio: todo o longo percurso previsto desembocaria na tematização do *mercado mundial*. E por quê? O *mercado mundial* seria o ponto de chegada, *porque é o verdadeiro ponto de partida da análise de Marx*. Eis a questão! (MELLO, 2000:21).

Marx (1996) ensina que o modo de produção capitalista se reproduz à medida que consegue renovar processos desiguais de troca, tal como acontece na relação entre capital e trabalho, quando a mais-valia é apropriada pelo dono dos meios de produção. A utilização da força de trabalho (capital variável) só se sustenta porque é geradora de mais-valia (trabalho não pago que é convertido em lucro). Desta forma, o processo produtivo é intrinsecamente desigual, do contrário se extinguiria no ato da troca e não conformaria nenhum processo de acumulação. Sem acumulação, o capitalismo não se sustenta. Acumulação é, em essência, uma forma de apropriação de um resultado obtido por meio de um processo desigual de troca de trabalho por remuneração. Marx indica que o alcance mundial deste processo se iniciou no século XVI, com destaque para as atividades comerciais:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital (1996:254).

Na constante concorrência entre capitalistas para combater a progressiva queda na taxa de lucros para um mesmo padrão tecnológico, novos capitais tem de ser reinvestidos em

novos processos produtivos (capital constante), capazes de perpetuar a acumulação e garantir a reprodução do capital por algum tempo. Karl Marx, no Livro III do Capítulo XIII de *O Capital* aborda esta lei característica do capitalismo: a composição orgânica do capital se dá em capital fixo e capital variável. A mais-valia provém apenas do capital variável, que determina a taxa de lucro para um dado grau de exploração das forças produtivas e que se mantém constante por um longo tempo. O que aumenta no processo de expansão do capitalismo – e que não gera mais-valia - é o capital fixo, que passa a representar a maior parte do capital orgânico (fixo mais variável). Desta forma, a taxa de lucro se reduz gradativamente porque a proporção do capital fixo sobre o capital variável vai aumentando progressivamente (ROMERO, 2009). O capitalismo precisa então encontrar novas formas de ampliar a parcela do capital variável para uma dada composição fixa do capital orgânico, através de incrementos tecnológicos.

Para escapar a este determinismo, o capitalismo se reproduz por meio de alternativas que dependem de novos mecanismos capazes de perpetuar processos que geram desigualdade: aumento do grau de exploração do trabalho (aumento de jornada ou intensificação do trabalho), redução do salário abaixo de seu valor (uma parcela cada vez maior da jornada de trabalho é convertida em mais-valia, comprimindo os salários para um nível inferior à sua possibilidade de reprodução em nível satisfatório), barateamento dos elementos que formam o capital constante, incremento de novas tecnologias no processo produtivo de forma que um trabalhador possa produzir mais durante a mesma jornada de trabalho etc. Estas são formas que o capitalista encontra para obter maior componente variável e convertê-la em acumulação e novas alternativas de formação de capital constante.

Para obter estas alternativas, o capitalismo busca novos espaços e por meio de novas tecnologias consegue avançar em ciclos de superação das condições que lhe vem limitando a expansão. Rosa Luxemburgo afirma:

Ele [o modo de produção capitalista] só é capaz de avançar seguindo os próprios princípios enquanto existirem ‘terras virgens’ abertas à expansão e à exploração – embora, ao conquistá-las e explorá-las, ele as prive de sua virgindade pré-capitalista, exaurindo assim as fontes de sua própria alimentação (LUXEMBURGO *apud* BAUMAN, 2010:8)

Para que o modo de produção capitalista possa se expandir sobre novos espaços,

consumindo suas novas e disponíveis reservas de exploração, as transformações do processo produtivo devem dar origem a outras transformações nas relações comerciais e de acumulação, tais como as que dão forma à globalização.

A globalização envolve, então, um conjunto de atividades que estão suportadas por um novo patamar tecnológico que permite estimular de forma mais acentuada a interdependência de toda esta estrutura assimétrica de acumulação, necessária ao capitalismo. Desta forma, maior mais-valia é gerada com a mesma quantidade de trabalho humano, o que acelera a possibilidade de reinvestimentos em capital fixo com maior capacidade produtiva. Assim, a acumulação capitalista – base da desigualdade - produz transformações sociais a partir de novos recursos que se tornam disponíveis em cada ciclo do capitalismo. Sinteticamente, Marx (1996) descreve estes ciclos a que está sujeito os saltos do capitalismo como um crescer quantitativo (acumulação de capital constante) até um salto qualitativo (novas tecnologias) de amplo impacto. Citando um autor desconhecido, Marx diz (grifo nosso):

Atualmente, toda a riqueza da sociedade vai para as mãos do capitalista (...) ele paga ao proprietário da terra a renda, ao trabalhador o salário, ao coletor de imposto e dízimo seus direitos e guarda grande parte, na realidade a maior parte, **que aumenta cada dia**, do produto anual do trabalho para si mesmo. O capitalista pode agora ser considerado o proprietário de toda a riqueza social em primeira mão, apesar de que nenhuma lei tenha lhe concedido o direito a essa propriedade. (1996:359)

O capitalismo, globalizado ou não, é um sistema que encontra meios para se reproduzir e que para se perpetuar necessita ampliar as distâncias entre o possuidor e o despossuído, ao mesmo tempo em que precisa aumentar o número de despossuídos.

A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado, mas produz, em relação à acumulação do capital, sempre uma superpopulação relativa de trabalhadores assalariados. Assim, a lei da oferta e procura de trabalho é mantida nos trilhos certos, a oscilação salarial é confinada em limites convenientes à exploração capitalista e, finalmente, a dependência social tão indispensável do trabalhador em relação ao capitalista é assegurada, uma relação absoluta de dependência que o economista político em casa, na metrópole, pode mentirosamente disfarçar em uma relação contratual livre entre comprador e vendedor, entre possuidores igualmente independentes de mercadorias, entre possuidores da mercadoria capital e da mercadoria trabalho (MARX, 1996:376).

A partir das contribuições de Marx, sintetizamos os seguintes pontos para o estudo da relação entre globalização e desigualdade: a globalização pode ser entendida como um conjunto

de fenômenos sociais, políticos e econômicos presentes no capitalismo pós Guerra Fria, alavancada por reinvestimentos passados em capital constantes (novas tecnologias de comunicação, processamento de dados e transportes) capazes de aumentar a componente variável do capital orgânico; este processo resulta da necessidade de evitar a progressiva queda na taxa de lucros a que o modo de produção capitalista está sujeito e; a acumulação é a motivação fundamental deste processo, sem a qual este sistema não pode se perpetuar. Para isto precisa criar novos mecanismos geradores de desigualdades que atingem novos espaços agora acessíveis por avanços tecnológicos que estabelecem um novo patamar de exploração do trabalho por meio do capital.

Faremos agora um apanhado semelhante a partir das contribuições de dois autores contemporâneos, que embora sigam na esteira da teoria marxista, avaliam as transformações recentes do capitalismo mundial articulando percepções próprias: Zygmunt Bauman e Immanuel Wallerstein.

Bauman (1999) interpreta a globalização como um processo excludente, em que uma “elite extraterritorial” tem a possibilidade de usufruir da liberdade que as novas tecnologias oferecem para a acumulação de capital enquanto uma massa de pessoas está condenada a um imobilismo crônico. Ele diz que “A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo (1999:8)”. Ele aponta aí para um efeito da globalização, especialmente no que se refere à estratificação social: “A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobijados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos” (1999:8).

Além disso, segundo Bauman, o global se sobrepõe ao local em questões políticas, pois lhe imprime um estado de movimento inevitável e regras cujos desdobramentos não são necessariamente positivos. Sobre isto, diz: “no entanto os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais” (1999:8). Para Bauman (1999), a globalização tem como instrumento, processos segregativos e excludentes, dos quais se alimenta e que consiste “na progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais ‘localizada’” (1999:9).

Bauman (1999) afirma que isto ocorre porque a realidade passa a ser construída fora do âmbito local, faltando à condição humana o sentido mais evidente de construção de seus próprios valores, e que se amplia no reflexo da diminuição da capacidade do Estado de controlar seu território e tomar as decisões em nível local. A constatação fundamental é que se antes havia comunidades locais sob pouca ou nenhuma influência externa, com a globalização isso não acontece mais.

Ele expressa o papel das corporações neste cenário: de tudo que possa estar ligado a uma empresa global, apenas os investidores podem estar acompanhando-a no deslocamento espacial, pois tudo o mais é meramente local e não se lhes deve dar ouvidos. Empresas não precisam mais de vinculação com o território para além do tempo que lhes for de interesse, mas a ele lhes lança seus danos e prejuízos. Esta é o que Bauman chama de “fórmula de Dunlap”, em referência a uma mensagem propagada por um empresário chamado Albert Dunlap. A fórmula indica que os grandes investidores ou a elite móvel não tem responsabilidades com problemas locais oriundos ou não de suas ações: é a “liberdade” do capital.

A globalização cria uma condição desigual para o local porque a mobilidade se tornou um novo processo de estratificação, em que a “nova elite” tira a responsabilidade das consequências de suas atividades locais, que arca com os custos sociais. Se antes o capital precisava enfrentar dificuldades ou opositores locais, agora pode simplesmente trocar de endereço de um dia para o outro. Se em outros tempos limitações locais criavam um sistema regulável de controle do poder de imensas fortunas sobre a exploração de recursos locais, agora não mais, pois o local deixou de ser um obstáculo para ser mercadoria, criando uma classe de “proprietários ausentes” que não precisam mais enfrentar as “alteridades” locais (Bauman, 1999).

Esta mobilidade das elites extraterritoriais, segundo o sociólogo, faz com que o capital se torne mais “irresponsável” quanto aos compromissos com os lugares por onde passa, mesmo para as elites locais. A “distância” é, então, um resultado social justamente porque se molda a partir da estratificação criada pelas elites:

No passado, como hoje, as elites dos ricos e poderosos eram sempre de inclinação mais cosmopolita que o resto da população das terras que habitavam; em todas as épocas elas tenderam a criar uma cultura própria que desprezava as mesmas fronteiras que

confinavam as classes inferiores; tinham mais em comum com as elites além-fronteiras do que com o resto da população do seu território (1999:20).

O atual formato que a globalização impõe para as novas relações polarizadoras da desigualdade está, portanto, marcado pela mobilidade que a tecnologia produziu.

Se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais com uma prisão – tanto mais humilhante pela intrometida visão da liberdade de movimento dos outros. Não se trata apenas do fato de que a condição de “estar imobilizado”, incapaz de se mover à vontade e com acesso barrado a pastagens mais verdejantes, exsude o odor acre da derrota, indicando uma condição humana incompleta e implicando ser defraudado na divisão dos esplendores que a vida tem a oferecer. A privação atinge mais fundo. A “localidade” no novo mundo de alta velocidade não é o que a localidade costumava ser numa época em que a informação movia-se apenas junto com os corpos de seus portadores; nem a localidade nem a população localizada têm muito em comum com a “comunidade local” (1999:31)

Assim, segundo Bauman, a globalização gera desigualdade por meio de uma nova variável de exclusão: a nova mobilidade do capitalismo; também afirma que a globalização diminui o papel do local na construção de sua própria realidade social, e nisto está a própria capacidade de combater as mazelas locais: a globalização faz com que uma elite extraterritorial ou uma elite global fluída possa operar de modo mais eficiente segundo seus interesses por meio de corporações cujas motivações financeiras estão em oposição à massa imóvel que poucas possibilidades tem para romper a desigualdade entre ela e as elites. A desigualdade encontra suas novas fontes através de um maior distanciamento entre a renda auferida pelas elites extraterritoriais capitalistas cujo lucro provém de vários pontos do planeta, e um contingente de desempregados e trabalhadores mal remunerados sem perspectivas de melhores oportunidades de remuneração, dependentes de políticas assistencialistas que não resolvem a raiz do problema.

Bauman contribuiu também com a noção de que a globalização produz distorções na distribuição de seus benefícios. A mobilidade se torna uma variável de exclusão, onde a globalização diminui o papel do local na construção de sua própria realidade social; as corporações e interesses financeiros são personagens fortes neste contexto de surgimento das elites extraterritoriais ou elite global fluída, em oposição à massa imóvel. As contribuições de Bauman nos ajudam a dar sentido especial às novas manifestações da desigualdade interna de renda dos países, ao modificá-los internamente em suas características econômicas, sociais e

políticas. Para isto, é importante considerar aspectos internos dos países que refletem diferentes contextos em que a globalização opera, produzindo manifestações diferenciadas na política, economia e na sociedade e, por consequência, na desigualdade.

Muito embora Wallerstein não fale em “globalização”, a economia mundial e suas consequências são seu objeto de análise. Sua teoria adota um modelo de hierarquia dos países em blocos cujas economias nacionais se distribuem em centro, semiperiferia e periferia. Suas ideias estão baseadas nos trabalhos do historiador francês Fernand Braudel e são de cunho macrossociológico.

Wallerstein (2001) se utiliza do conceito de “sistema histórico” para fundamentar o que ele chama de “capitalismo histórico”, enfatizando a historicidade dos processos sociais. O capitalismo histórico é a economia-mundo¹² vigente e o que vai lhe dar impulso é a utilização de capital para sua própria autoexpansão: capital para acumular mais capital: “Onde a acumulação de capital tenha tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo, podemos dizer que estamos em presença de um sistema capitalista em operação (WALLERSTEIN, 2001:14)”, e este sistema vigora há cerca de 500 anos: “O moderno sistema-mundo, que é uma economia-mundo capitalista, surgiu durante o longo século XVI em partes da Europa e América, expandindo-se desde então para ocupar todo o planeta (WALLERSTEIN, 2001:97)”, cuja característica é a acumulação incessante de capita. Destaca o papel dos grandes monopólios:

A tensão básica é que a maximização dos lucros e portanto da acumulação, exige estabelecer monopólios relativos de produção. Quanto maior o grau de monopolização, maior a possibilidade de alargar a margem que separa os custos totais de produção e os preços efetivos de venda. Por isso, os capitalistas buscam obter monopólios. Porém, como lucros altos são atraentes, outros sempre procuram entrar em mercados onde possam estabelecer monopólios. Consequentemente, monopólios convidam a concorrência, a qual mina simultaneamente monopólios e lucros altos. Mas, cada vez que uma fonte de lucros altos se enfraquece, os capitalistas (individual e coletivamente) buscam novas fontes de lucros altos, isto é, novas maneiras de monopolizar setores da produção. Essa tensão entre a necessidade de monopolizar e o caráter autodestrutivo do monopólio explica a natureza cíclica da atividade econômica capitalista e a divisão do trabalho subjacente entre os produtos controlados pelo centro (altamente

¹² Economia-mundo é um conceito braudeliano para a organização internacional do modo de produção capitalista que deu origem aos desdobramentos posteriores da organização do cenário internacional: Uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos agrupados por ela, representada por uma enorme superfície hierarquizada com limites definidos onde coexiste normalmente um centro-cidade que centraliza diversas relações econômicas entre seus indivíduos e agentes econômicos (BRAUDEL *apud* RIBEIRO, 2010:3).

monopolizados) e os produtos controlados pela periferia (altamente competitivos) na economia-mundo capitalista (2001:122).

Segundo Wallerstein, os monopólios operam, em primeiro lugar, por meio da manipulação das regras de livre mercado reguladas pela oferta e procura, através de uma escassez artificial e em segundo lugar, pela integração vertical dos mercados, onde os elos de uma cadeia mercantil favorecem o mais forte, isto é, o centro se favorece das trocas comerciais com a periferia, de tal forma que se traçarmos um desenho destas cadeias mercantis em um mapa, teremos verdadeiras linhas centrípetas. Wallerstein explica este processo desigual da seguinte forma:

A partir de qualquer diferencial real no mercado, por causa da escassez temporária de um processo de produção complexo ou por uma eventual escassez artificial criada *manu militari*, as mercadorias se deslocam através de regiões de tal modo que a região dotada do artigo menos escasso vende seus bens para outra região a um preço que incorpore mais insumo relata (custo) do que um bem de preço igual que se desloque na direção oposta. Parte do lucro total (ou do excedente) produzido numa área transfere-se então para outra. É a relação que se estabelece entre centro e periferia. Podemos chamar a área perdedora de "perifeira" e a área ganhadora de "centro", nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos (2001:30).

Estes mecanismos envolvem os grandes monopólios, sempre presentes na economia-mundo capitalista. Wallerstein traça uma comparação: "as companhias privilegiadas dos séculos XVI ao XVII, os grandes comerciantes do século XIX, as corporações transnacionais do século XX – estruturas globais que buscavam abranger tantos elos de uma dada cadeia mercantil quanto possível" (2001:28). Para compreendermos de que forma isto se associa à globalização, se já não está claro, basta recorrer a uma explicação de Wallerstein, que diz que:

Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos, mas também de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital (2001:28).

Uma característica notável de toda esta estrutura é sua aparente "naturalidade". Wallerstein afirma que:

Os preços reais sempre foram negociados em um mercado mundial, com base em forças econômicas impessoais. O aparato de forças, enorme, mas dissimulado, esporadicamente usado de maneira aberta em guerras e na colonização, não teve que ser

evocado em cada transação separada para garantir que a troca fosse desigual. A força só foi acionada quando determinado nível de troca desigual foi questionado de modo significativo. Ultrapassado o conflito político agudo, as classes empreendedoras do mundo podiam voltar a fingir que a economia se movia exclusivamente por considerações de oferta e procura. Não precisavam desvendar como a economia-mundo tinha chegado a uma configuração particular de oferta e procura, nem reconhecer que relações de força sustentavam em cada momento os diferenciais “costumeiros” nos níveis de salário e na real qualidade de vida da força de trabalho em escala mundial (2001:31).

Através da competição entre capitalistas, o sistema promove as alterações e adaptações que lhe são necessárias. Wallerstein diz que “em um sistema caracterizado pela acumulação incessante de capital, nenhum participante pode se dar ao luxo de abandonar o impulso na direção da lucratividade de longo prazo, sob o risco de autodestruir-se” (2001:32). Neste sentido, as transformações que se operam no interior da economia-mundo capitalista se dão em “ciclos alternados de expansões e estagnações” intrínsecas ao sistema, segundo Wallerstein (2001). As estagnações estão associadas ao enrijecimento das estruturas políticas que ocorrem juntamente com as ineficiências econômicas que se acumulam durante os processos desiguais de troca. As expansões são investimentos na alocação mais eficiente de recursos produtivos.

Wallerstein explica este processo cíclico em espaços de cinquenta anos, períodos em que, historicamente, “pelo esforço de um número cada vez maior de empreendedores para controlar mais e mais conexões nas cadeias mercantis, ocorreram desproporções de investimentos, às quais chamamos, de forma um pouco equivocada, superprodução” (2001:33), o que significa uma “concentração maior de operações nos elos mais saturados da cadeia mercantil” cuja consequência é a transferência para novos elos das cadeias mercantis, isto é semelhante ao que ocorre no mundo globalizado, onde segundo Wallerstein, “assistimos a uma transferência maciça, em escala mundial, das indústrias automobilísticas, siderúrgica e eletrônica para regiões em que o custo da mão de obra é inferior (embora, do ponto de vista da área que recebe a indústria, a implantação desta provoque um aumento salarial para alguns segmentos da força de trabalho)” (2001:33). Para o sociólogo, estas crises nada mais são do que momentos de “distribuição mais equilibrada”, o que faz pleno sentido, pois se o que realimenta o sistema é a acumulação, qualquer tendência ao equilíbrio distributivo se traduz em “crise”.

Mesmo assim, em longo prazo, temos uma “distribuição material extremamente desigual”, nas palavras de Wallerstein, que diz que a grande maioria das pessoas hoje - cerca de 85% da população inserida na economia-mundo capitalista segundo o autor - vive em condições materiais inferiores a quinhentos ou mil anos atrás, considerando-se o que o mundo podia oferecer naquela época e o que pode oferecer hoje (2001:105). E complementa:

No interior desse sistema econômico as pessoas manobram para adquirir vantagens para si e, conseqüentemente, negá-las aos demais. Também devemos observar os que são vítimas dessa má distribuição, em primeiro lugar para minimizar suas perdas na operação do sistema e secundariamente para transformar um sistema responsável por injustiças tão manifestas (2001:42).

A questão para Wallerstein é que não estamos diante de algo novo. São características do mesmo sistema, apenas com feições adaptadas. Ele diz que

No mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados. Essa não é uma inovação recente. Aparece nos primórdios do capitalismo histórico. Além disso, a transnacionalidade das cadeias mercantis descreve tanto o mundo capitalista do século XVI quanto o do século XX (2001:29).

Para Wallerstein, as conseqüências dos rearranjos da economia-mundo capitalista são duas: a permanente reestruturação geográfica da economia-mundo capitalista na busca de força de trabalho de baixo custo e inovação tecnológica para baratear a produção com a redução de utilização de mão de obra. Estes fenômenos incidem diretamente na desigualdade interna dos países, aquela que existe entre pessoas e famílias. Wallerstein afirma que

Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido. Nesse processo, algumas pessoas vivem bem, mas outras vivem miseravelmente [...] Quanto mais refleti sobre esse sistema, mais absurdo ele me pareceu. Acredito que a grande maioria das populações do mundo esteja – objetiva e subjetivamente – em piores condições materiais do que nos sistemas históricos anteriores” (2001:37).

A desigualdade então representa um dos aspectos deste processo de expansão sistêmica do capitalismo que provoca mudanças internas nos países. O aspecto histórico deste processo conduziu à formação de centro, semiperiferia e periferia, o que nos coloca a necessidade de considerar a relação entre globalização e desigualdade por grupos de países segundo sua renda, bem como tratar a longitudinalidade da relação, pois envolve a noção de

processo que é parte das transformações mais recentes do capitalismo como parte de um ciclo de longa duração.

Após este apanhado de três importantes contribuições para o estudo sociológico da relação entre globalização e desigualdade, faremos agora uma revisão das principais pesquisas que tratam do tema, de forma a prepararmos a construção do modelo causal que irá avaliar os dados de que dispomos.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS PESQUISAS RECENTES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE

A relação entre desigualdade e globalização está longe de ser um fenômeno de fácil compreensão. Apresentaremos aqui uma revisão baseada nas pesquisas mais recentes (após o ano 2000) de importantes autores que debatem o tema da relação entre globalização e desigualdade de renda. Apresentaremos suas principais conclusões e conduziremos a discussão no sentido de preparar a etapa da elaboração do modelo conceitual que é um dos objetivos específicos desta pesquisa.

No ano 2000, dois importantes trabalhos¹³ foram publicados na revista *The Economist*, sendo que os dois resultaram em conclusões contraditórias, segundo comenta Martin Ravallion (2001). O primeiro deles é de David Dollar e Aart Kraay, identificando que a globalização aumenta a média da renda global das pessoas, mas aumenta a renda dos pobres além desta média geral do mundo. O segundo é de Justin Forsyth, que afirma que a globalização amplia as desigualdades e funciona como um entrave para a redução da pobreza mundial. Ravallion afirma que estes resultados, embora contraditórios, não são irreconciliáveis. Ele explica que embora os pobres participem em certa medida do crescimento econômico, este “crescimento” da forma como é mensurado nas contabilidades nacionais nem sempre se reflete na renda domiciliar que os censos pesquisam, mesmo que revelado por médias crescentes, pois em países onde as disparidades são muito grandes, as médias crescentes não dizem nada em termos de redução da desigualdade. Diz mais: que mesmo quando a pobreza se mostra reduzida em média, o que se esconde por debaixo do crescimento da renda nacional é a parcela da população que perde durante o crescimento, o que as médias e os agregados não captam. Observando isto, sabemos que interpretações baseadas em movimentos de médias são limitadas, por isto não exploraremos resultados baseados em médias. A utilização de um modelo de regressão linear múltipla tende a melhorar a avaliação empírica que é feita com base apenas em

¹³ Deve-se salientar que por muito tempo, no princípio destas discussões, e em certa medida ainda até hoje, a globalização vem sendo entendida essencialmente como um fenômeno econômico, o que limita mas não invalida as pesquisas feitas.

resultados de tendência central, especialmente quando considerados para um período temporal, conforme aqui faremos na elaboração do modelo.

Ravallion (2001), em uma pesquisa que desenvolveu, com 100 observações de 50 países, não encontrou efeito significativo entre nível de exportações e o Coeficiente de Gini, porém admite que encontrou forte correlação negativa, para os países pobres (com baixo PIB *per capita*), entre abertura comercial e desigualdade. Ele salientou que a desigualdade inicial tem importante influência na composição futura da desigualdade porque conforme o ritmo de crescimento econômico, uma grande parte da população pode ficar de fora deste processo porque as mudanças de que necessitam levam muito tempo para dar resultados práticos.

Para David Dollar a globalização é “uma crescente integração mundial de economias e sociedades movida por fluxos de bens e serviços, capital, pessoas e ideias” (2001:2). Segundo ele, esta crescente integração acelera o crescimento geral, tendo sido reduzido seus efeitos benéficos ao longo do século XX em função de duas guerras mundiais ocasionadas, segundo ele, por políticas incompatíveis com as necessidades de uma economia integrada. Agrava ainda mais quando há corrupção acentuada e legislação frágil em alguns países, algo que a integração econômica não vai resolver. Adverte também que os fluxos de comércio e investimentos por si só, de fato, não têm como promover a integração de áreas afetadas por políticas fechadas, instituições ineficientes e mazelas locais (cita a malária, por exemplo), pois depende de atuação tanto do poder público nas questões locais quanto de assistência da sociedade civil organizada por meio de organizações não-governamentais (ONGs). Admite que há muitas controvérsias sobre os efeitos da integração econômica sobre a política, a cultura, a sociedade e o meio ambiente, mas entende que não é a restrição comercial que irá resolvê-los e melhorar a situação dos pobres promovendo a igualdade. Aqui percebemos a importância de considerar os fatores econômicos internos dos países.

Dollar (2001) entende que problemas internos não podem ser resolvidos por abertura comercial, por exemplo, ou redução tarifária. A heterogeneidade política e social dos países é muito grande, e um fenômeno externo como a globalização, embora atinja a todos, o faz de formas diferenciadas dadas às condições internas historicamente estabelecidas. Por isso precisamos levar em conta em nossa pesquisa alguns fatores relevantes da natureza econômica

interna dos países em avaliação. Dollar afirma, em sua pesquisa, que segundo Bourguignon e Morrisson (1999), a desigualdade interna dos países foi maior entre os anos de 1820 e 1980, ascendentemente neste período, e que esta desigualdade é atribuída às diferenças de crescimento econômico entre os países, um fator interno. Para o período posterior de 1980-1992, encontrou sensível melhora na redução da desigualdade. A metodologia empregada foi considerar a média da renda mundial *per capita*, isto é, imaginar um cidadão-modelo que tenha a renda *per capita* mundial e comparar a renda de uma pessoa aleatoriamente selecionada. Em relação ao período 1960-1995, Dollar (2001) não encontrou aumento ou redução significativa da desigualdade quando utilizando o Coeficiente de Gini, mas sim uma oscilação em torno de uma média, mesmo quando tomando os países em grupos (países da OECD ou países globalizados ou países em desenvolvimento). Se considerarmos o cidadão mundial, típico da média como calculado anteriormente, Dollar argumenta que países superpopulosos como China e Índia acabam tendo um vigoroso impacto, pois juntos contam um terço da população mundial. Desta forma, a pesquisa aqui desenvolvida prefere manter os estudos utilizando-se os Coeficientes de Gini, que medem a desigualdade dentro de cada país. Dollar afirma que muito embora a globalização seja um evento de dimensões mundiais, existem muitos países cuja inserção global é ambígua, ou seja, ao mesmo tempo em que há regiões fortemente conectadas ao circuito global, há outras completamente à margem deste processo, o que perfaz um nítido cenário de desigualdade interna.

Almas Heshmati (2003) argumenta que a desigualdade interna dos países depende de variáveis internas e externas, sendo a globalização uma importante variável externa. Ele faz referência à tese de Milanovic (2002), de que os efeitos da abertura econômica na distribuição de renda dependem do nível inicial de desigualdade do país, e que nos países com maior desigualdade, os ricos tendem a se beneficiar mais, fato que vai diminuindo à medida que a desigualdade inicial diminui. Aqui encontramos importante referência para incluirmos a desigualdade inicial como variável independente em nosso modelo. Também identificamos a necessidade de categorizar os países segundo seu *status* econômico em pobres, intermediários e ricos, para observarmos o comportamento do modelo em cada grupo.

De qualquer forma, Heshmati (2003) afirma que não há dados que demonstrem firmemente que a desigualdade dentro dos países é um problema atribuído à globalização, e cita alguns autores: para Lindert e Williamson (2001) e O'Rourke (2001), a desigualdade dentro dos países é mais um problema interno, de qualidade das instituições políticas, do que de globalização. Miller (2001), em um estudo com trabalhadores norteamericanos a partir do final dos anos 70, aponta que uma evidente consequência da globalização é que trabalhadores menos qualificados sofrem maiores perdas salariais em função do redirecionamento de processos produtivos de natureza não especializada para países pobres. Heshmati (2003) afirma, neste estudo, que os países que apresentaram observações inesperadas de acordo com os modelos aplicados (*outliers*) eram aqueles que ou estavam passando por algum período de profunda transição política, do tipo ditadura para democracia, ou países envolvidos em guerras ou ainda países com economias muito instáveis.

Em 2004, entretanto, Robert Wade lançou um artigo em que contesta a maior parte dos promissores resultados positivos da globalização para a redução da desigualdade que o Banco Mundial costuma propalar. Segundo Wade, a metodologia de utilizar a variação no volume do comércio exterior em relação ao PIB como medida de globalização envia os resultados, pois se considerarmos este critério, diz o autor, então China é tão globalizada quanto o Haiti ou Ruanda. A crítica que ele faz aí é em relação à prática comum na pesquisa sobre o tema de considerar a abertura comercial como variável de globalização. Ao mesmo tempo em que tarifariamente há muitos países com políticas de livre comércio que podem muito bem ser enquadrados em países “menos globalizados” apenas com base nesta relação entre comércio e PIB. Em segundo lugar, ele aponta que a tradicional categorização da globalização enquanto “volume de comércio exterior” confunde-se com “políticas de comércio exterior”, como se o aumento na participação do comércio internacional fosse consequência imediata de políticas de liberalização comercial. Em terceiro lugar ele indica que os pesquisadores estabelecem, inadvertidamente, “aumento de comércio” como a causa do “bom desempenho econômico”, sem considerarem a hipótese reversa ou mesmo considerar variáveis políticas na relação. Por fim, ele afirma que “comércio exterior” não capta outras tantas formas de “abertura”, tais como, fluxos de pessoas e conhecimento. Ele reconhece que a integração da Índia e da China no circuito

econômico internacional favoreceu sobremaneira estes países, mas não se pode atribuir meramente a esta “repentina abertura internacional” o seu sucesso econômico: houve mudanças de caráter interno que se acumularam e favoreceram o melhor desempenho econômico quando estes países passaram a estabelecer relações com o resto do mundo. Para Wade, resultados inconsistentes na interpretação da desigualdade mundial ocorrem basicamente em função da metodologia empregada e da ênfase economicista dada à globalização, algo que tentaremos aqui sanar em parte incluindo dimensões não só econômicas como indicadoras de globalização e definindo adequadamente o universo de análise.

Em 2005 o economista Branco Milanovic apresenta uma retrospectiva bastante recente da pesquisa sobre a relação entre desigualdade e globalização, e em uma revisão dos trabalhos anteriores reconhece que há poucos estudos sobre o impacto da globalização na desigualdade que envolva dados tanto de países pobres quanto ricos: dois estudos recentes de pesquisadores do Banco Mundial (Lundberg e Squire 2003; Dollar e Kraay 2002) reportam conclusões conflitantes sobre a relação entre os dois fenômenos. Lundberg e Squire (1999, 2003), utilizando o indicador de abertura comercial Sachs-Warner¹⁴ para a globalização, encontraram resultados que indicam ser o crescimento e a desigualdade determinados simultaneamente pela abertura comercial, mas entre esta e a desigualdade, a relação encontrada foi de um efeito negativo muito suave sobre a desigualdade. Barro (2000) e Ravallion (2001) encontraram uma relação não-linear, onde a globalização está associada ao crescimento da desigualdade nos países pobres. Spilimbergo et al. (1999) argumentam que a globalização reduz a desigualdade em países ricos em capital, enquanto que aumenta naqueles com mão de obra abundante, confirmando o exposto no modelo Heckscher-Ohlin¹⁵. Dollar e Kraay (2000, 2002),

¹⁴ O indicador Sachs-Warner é um índice binário (0 ou 1) que indica, com base na proporção de transações internacionais do total do PIB, se um país é comercialmente aberto (1) ou não (0).

¹⁵ O modelo Heckscher-Ohlin (H-O) é um modelo matemático de equilíbrio aplicado na interpretação dos fluxos da economia internacional e, simplificada, diz que um país irá exportar produtos e serviços cujos fatores lhes são abundantes, e importará produtos e serviços cujos fatores lhes são escassos. Os fatores considerados são capital e trabalho. O que se pode entender neste caso específico de aplicação do modelo H-O, como é corriqueiramente chamado, é que países exportadores de capital (ricos em capital) sentem menos o impacto da globalização sobre a desigualdade, ou até reduz, porque num cenário de abertura comercial, capitais são facilmente exportáveis, ao passo que para países com mão de obra abundante, não ocorre a mesma facilidade para este fator de produção, e a importação também não é favorável devido a escassez de capital. Assim, para se inserir no circuito comercial internacional, um país com abundante mão de obra, deverá produzir com custos reduzidos, o que entre os

para o mesmo período e amostra de países semelhantes a de Lundberg e Squire (2003), concluíram que não há impacto da abertura do comércio internacional sobre a desigualdade; o que se poderia afirmar, segundo eles, é que os ganhos oriundos do comércio são proporcionais ao PIB de cada país, isto é, países ricos (com alto PIB *per capita*) ganham muito com a abertura comercial, ao passo que países pobres, embora ganhem, não ganham tanto. Birdsall e Londoño (1997, 1998) relatam que embora o nível de qualificação da mão de obra e acesso à terra sejam fatores relevantes para as famílias, não encontraram diferenças no ganho em renda entre o quintil dos mais pobres e os demais apenas considerando-se variáveis comerciais do país. Por fim, Li et al, (1998) utilizando a proporção de exportações sobre o PIB e o coeficiente de Gini, não encontraram efeitos significativos da primeira sobre a segunda.

Milanovic (2005) observa, ao final desta revisão, que os estudos precedentes apresentam resultados inconsistentes com uma compreensão efetiva do fenômeno: ou se tem a tese de que a abertura comercial reduz a renda dos pobres ou se argumenta que a mesma abertura comercial aumenta a renda dos pobres, embora proporcionalmente menos do que a dos ricos no mesmo país. Ele argumenta, portanto, que nenhum estudo mostra que a globalização reduz a desigualdade ou aumenta a renda dos pobres proporcionalmente acima da dos ricos. Estes resultados sintetizam a complexidade da discussão, e a necessidade de uma construção metodológica criteriosa, com um modelo aplicável a um universo de países e com variáveis independentes que contemplem aspectos internos e dimensões mais amplas da globalização do que apenas fluxo de comércio ou taxas alfandegárias praticadas.

A partir dos resultados inconclusos, Milanovic (2005) partiu para a própria pesquisa, com uma base de dados de censos e utilizando como globalização dados de proporção do comércio sobre o PIB e investimento direto estrangeiro como parte do PIB em países de baixa, média e alta renda. Constatou que em países de baixa renda, são os ricos que se beneficiam desta abertura, mas à medida que a renda aumenta, tem-se que os rendimentos da classe baixa e média crescem proporcionalmente mais do que os da classe rica. Utilizou distribuição de renda como renda anual *per capita* de cada decil (cada decil é dez por cento da população) para os 321

censos e 129 países para o período de 1988 a 1998, onde a variável dependente foi construída como a média do decil pela média da renda do país. Ele afirma, a partir desta pesquisa, que quando o país é pobre, são os ricos que se beneficiam mais com a abertura comercial, e à medida que o país é mais rico na avaliação, os pobres e a classe média aumentam a renda proporcionalmente mais do que os ricos, estimulando a redução da desigualdade. Ademais, nos países pobres a parcela de renda dos pobres será menor onde o comércio exterior for mais intenso com o resto do mundo. Milanovic também verificou que investimento externo não tem efeito sobre a desigualdade e que a democracia amplia as parcelas de renda dos decis medianos, mas mantém a parcela de renda dos decis do topo e da base da distribuição de renda inalterados. Quanto à política econômica, o economista identificou que gastos governamentais aumentam a parcela de renda dos mais pobres, e inflação ou taxas de juros elevadas reduz a renda da classe média e dos pobres. E finaliza: “In conclusion, the poorest deciles in poor countries – those who should benefit most from increased trade according to both economic theory and the policy prescriptions of international organizations – appear to be the losers in relative terms”¹⁶ (2005:41).

Axel Dreher e Noel Gaston apontam, em um trabalho de 2006, que cobre o período de 1970 a 2000, que dimensões econômicas da globalização não são suficientes para dar conta dos efeitos da globalização sobre a desigualdade, visto ser a globalização um fenômeno multifacetado, em que eventos políticos e culturais são igualmente relevantes para a compreensão desta relação. Na pesquisa que conduziram, os autores não encontraram resultados significativos ao usar o coeficiente de Gini para 57 países no período de 30 anos, embora tenham alertado para o pouco número de observações disponíveis para dar consistência aos resultados (191 observações ao todo). Para eles, ao medir a desigualdade em termos de salários pagos na indústria, a globalização em sua dimensão econômica aumenta a desigualdade de renda para os países da OECD (Organização Econômica para Cooperação e Desenvolvimento), e em menor grau, mas na mesma direção, as globalizações política e social também se apresentaram como

¹⁶ Tradução nossa: “Concluindo, os decis dos mais pobres nos países pobres – aqueles que deveriam se beneficiar mais por fazerem parte de novos acordos comerciais, segundo a teoria econômica e as receitas políticas das organizações internacionais – parecem ser os perdedores em termos relativos”.

ampliadoras da desigualdade em termos de salários. Identificaram, entretanto, muito pouco impacto da globalização para a desigualdade nos países menos desenvolvidos (*non-OECD*).

Num estudo que relaciona globalização, pobreza e desigualdade, de 2006, com 65 países em desenvolvimento, Marcel Neutel e Almas Heshmati apontam o mesmo problema apontado por Dreher e Gaston nas pesquisas sobre o tema: o fato de que a maioria delas compreende a globalização apenas enquanto integração econômica, utilizando-se apenas de variáveis econômicas para validar suas conclusões. Estes autores procuraram então agregar outras dimensões para a globalização (política e social), concluindo que altos níveis de globalização estão relacionados a baixos níveis de pobreza, e sugerem que a globalização promove a melhoria da situação dos pobres nos países em desenvolvimento. Os resultados demonstram também que a globalização reduz a desigualdade de renda, embora seja mais explicável por heterogeneidade regional (diferenças internas entre países) do que pela globalização como um fenômeno externo.

Em 2009, Sepideh Ohadi e Seyed Tayebi publicaram o resultado de uma pesquisa envolvendo 60 países em um período de 1985 a 2004, utilizando o índice de globalização KOF, que confirmou a hipótese de que a globalização reduz a desigualdade dentro dos países à medida que os ajuda a combater a pobreza.

Andreas Bergh e Therese Nilsson (2010) investigaram a relação entre desigualdade de renda dentro dos países e a globalização, medida pelo índice KOF e mais um índice de liberalização econômica (índice de Frazer) para um grupo de 80 países de 1970 a 2005, e concluíram que a globalização econômica e a liberalização no comércio internacional amplia a desigualdade, especialmente em países ricos, bem como a globalização social é mais favorável em países em desenvolvimento. Para a globalização política não houve resultados significativos.

Pelos resultados apresentados nesta revisão de pesquisas empíricas, percebemos diversas conclusões, muitas das quais divergentes. Em resumo, pode-se dividir os trabalhos em três grupos:

(1) os que entendem que a globalização diminui as desigualdades de renda, mesmo que parcialmente, por oferecer melhores possibilidades de equilíbrio nos mecanismos de distribuição

de renda dos países e melhores oportunidades para os pobres: Dollar e Kraay (2000); Dollar (2001); Neutel e Heshmati (2006); Ohadi e Tayebile (2009)

(2) os que veem que a globalização afeta negativamente uma melhor distribuição de renda dentro de alguns países específicos e favorece os ricos mais do que os pobres ou a classe média: Miller (2001); Ravallion (2001); Forsyth (2000); Wade (2004); Barro (2000); Milanovic (2002); Milanovic (2005); Dreher e Gaston (2006)

(3) e os que não encontraram relação significativa entre globalização e desigualdade de renda ou encontraram muito pouca relação que possa sustentar uma opinião firme: Linder e Williamson (2001); O'Rourke (2001); Heshmati (2003); Lundberg e Squire (2003); Dollar e Kraay (2002); Spilimbergo et al. (1999); Li et al. (1998); Birdsall e Londoño (1997, 1998); Bergh e Nilsson (2010).

Ao final desta revisão, recolhemos elementos que intervêm na relação entre globalização e desigualdade de renda para aplicar em nosso modelo de regressão linear múltipla, a ser delineado na próxima seção: primeiramente, apenas um estudo longitudinal pode trazer conclusões seguras; em segundo lugar, deve-se observar que a condição inicial da desigualdade nos países analisados se mostra de fundamental importância; em terceiro lugar, recomenda-se, além de estudar o modelo geral para todos os países, fazer uma aplicação do modelo para grupos de países conforme o nível econômico; em quarto lugar, variáveis de controle de natureza econômica interna devem ser consideradas, pois tem impacto direto na influência sobre os efeitos da globalização de um país sobre a desigualdade de renda; em quinto lugar, a globalização deve ser tratada enquanto fenômeno não só econômico, mas social e político; e em sexto lugar, deve-se delimitar adequadamente o universo da pesquisa, elaborando um modelo conceitual criteriosamente construído que leve em conta as contribuições aqui listadas.

5. FORMULAÇÃO INICIAL DO MODELO CAUSAL

A partir das contribuições teóricas e empíricas desenvolvidas nas duas seções anteriores, estamos agora em condições de formular um modelo que nos sirva para avaliar a relação entre globalização e desigualdade interna de renda, com base em dados secundários disponíveis nos sítios do Banco Mundial¹⁷ e KOF¹⁸, para os anos de 1980 e 2007¹⁹, referentes aos 95 países do universo da pesquisa. A delimitação do universo da pesquisa será explicada na próxima seção, bem como o recorte temporal escolhido.

Abordar a globalização como fator de mudança sobre outros fenômenos sociais²⁰ exige cautela, pois praticamente tudo pode ser compreendido como tendo sofrido algum efeito da globalização, em maior ou menor grau, dado que a própria noção de globalização pressupõe “onipresença”. É como se fosse “a mão que em tudo toca”. Desta forma, se nada escapa à globalização, é bem provável que qualquer mudança no mundo, de uma forma ou de outra, possa ser atribuída, mesmo que parcialmente, à globalização. Por isto, apenas pensar a globalização como variável independente de algum fenômeno parece ser autoevidente, e incorre-se no risco de perder poder explicativo ao atribuir à globalização quaisquer resultados ou, o que é pior, ignorar outras variáveis de influência.

É necessário, portanto, além de considerar a globalização como fator de influência, incluir também variáveis de controle que possam também ter ação interveniente na relação. Além disso, dado ser esta uma pesquisa *ex post facto*, isto é, não temos como “controlar” as variáveis porque o fenômeno já ocorreu, recomenda-se que variáveis de controle façam parte do modelo explicativo como forma de, juntamente com as variáveis independentes (globalização

¹⁷ Sítio do Banco Mundial: <http://data.worldbank.org/>.

¹⁸ KOF é o Departamento de Economia do ETH (Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique) que publica anualmente o indicador de globalização e que leva o mesmo nome, sigla de *Konjunkturforschungsstelle der Eidgenössischen Technischen Hochschule* (Departamento de Economia do Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique). Este índice está padronizado de 0 a 100 (quanto maior, mais globalizado). Sítio do Instituto: <http://www.kof.ethz.ch/>

¹⁹ As razões para a escolha destas balizas temporais serão explicadas na próxima seção.

²⁰ Também devemos observar que mesmo que consigamos verificar a influência da globalização na desigualdade, existe também a influência da desigualdade na globalização. O processo é cíclico, obviamente, mas não é o objetivo deste trabalho interpretar este sentido reverso.

econômica, globalização social e globalização política), aumentar a validade da estimativa do modelo. Além disto, a ideia de incluir variáveis de controle é procurar falsear nossa hipótese e verificar se este falseamento produzirá, de acordo com o modelo, resultados que a contradigam ou que a confirmem.

A variável independente “desigualdade inicial” é utilizada, além de ter se revelado importante pelas pesquisas já realizadas, serve como forma de observar a variação da desigualdade para o período estudado a partir de sua própria condição inicial. Considerar o momento inicial da desigualdade, principalmente por ser a variação da desigualdade a nossa variável dependente, é metodologicamente necessário. Segundo Therborn, características historicamente estabelecidas estão também marcadas na desigualdade ao longo dos anos seguintes:

A história global permanece muito presente entre nós. As regiões mais ricas do mundo no início do século XXI são as mesmas da década de 1820, a América do Norte anglo-saxônica e o noroeste e sul da Europa, nessa ordem. O Japão é o único país a entrar para o clube dos ricos na segunda metade do século XX. [...] ainda vivemos em um padrão de renda global estabelecido no século XVIII e no início do século XIX; nossos dados da década de 1820 conseguem antecipar corretamente 72% da situação de 1999 e, com os números de 1910, podemos prever 67% do padrão existente um século mais tarde. A história não se reproduz por conta própria, isto é certo. As localizações históricas dos países na distribuição global foram reproduzidas pelos fluxos e entrelaçamentos transnacionais e por processos nacionais. Há várias maneiras para que se mantenham as vantagens iniciais, de qualquer origem, e que haja acumulação com o passar do tempo (2001:23).

A variável independente de controle “PIB *per capita*” é largamente utilizada nas pesquisas que envolvem a relação aqui estudada, sendo imprescindível incorporar esta variável econômica que reflete a produção total do país no período de um ano, em produtos e serviços, isto é, mede os resultados econômicos de uma sociedade por habitante, captando o nível produtivo, o que se revela impactante sobre a desigualdade interna.

A variável independente de controle “consumo de energia *per capita*” é uma proposta diferenciada desta pesquisa, no sentido de complementar a dimensão econômica apurada pelo PIB, isto é, pretende-se captar o grau de industrialização do país, não apenas pela esfera

produtiva (PIB) em amplo aspecto, mas pelo consumo energético, que compreendemos complementar adequadamente a dimensão econômica que caracteriza um país.

Temos, então, de um lado o consumo de energia e de outro a produção econômica. Com estas duas variáveis conseguimos captar o *input* (consumo de energia *per capita*) e o *output* (PIB *per capita*) da matriz de produção econômica²¹. Estas variáveis (PIB *per capita*, o consumo de energia *per capita* e a condição inicial da desigualdade de renda) também foram escolhidas pela disponibilidade de acesso aos dados secundários. Todas foram obtidas a partir do *World Databank*, banco de dados do Banco Mundial, disponível na rede mundial de computadores. As variáveis, então, que foram pensadas inicialmente para o modelo conceitual aqui proposto, estão na Figura 2, e foram consideradas enquanto variação, ou seja, como processo, e também no momento inicial²².

²¹ A pesquisa procurou incluir também a variável social IDH, porém, pelo fato de apresentar muitos dados faltantes (em torno de 40%) para os anos da pesquisa e por ter em seu componente o PIB *per capita*, decidiu-se eliminá-la da pesquisa.

²² Por se tratar de um modelo exploratório, não incluímos a variação da globalização, pois se trata de uma variável que além de ter seus efeitos incertos sobre a desigualdade, sua influência no momento inicial em estudo, logo que floresceu, não teria efeitos perceptíveis, uma vez que envolve processo histórico.

Figura 2 – Variáveis inicialmente consideradas para o modelo causal



Fonte: Elaborado pelo autor.

Passaremos agora a discutir a metodologia empregada no trabalho, abordando o recorte do universo da pesquisa e do intervalo temporal considerado para avaliação da relação dos fenômenos, bem como a operacionalização das variáveis, a análise da redundância no modelo inicial e a formulação estatística do modelo definitivo.

6. METODOLOGIA

Para a aplicação adequada do modelo, foi necessário estabelecermos um recorte temporal e outro espacial para a seleção dos dados que contemplam as variáveis de interesse. Sobre o recorte temporal da pesquisa, selecionamos o ano de 1980 como sendo o início do processo de transição para a globalização, justamente por coincidir com o início da terceira onda de globalização do Banco Mundial. Dados anteriores a este período também são escassos e pouco confiáveis. É também um período marcado por reformas neoliberais e por começar a chamar a atenção para os efeitos das mudanças desencadeadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial sobre a desigualdade nos países. Robert Wade (2004) afirma que embora alguns países tenham reduzido sua desigualdade interna após a Segunda Guerra Mundial, os anos oitenta tornaram-se um *turning point* em direção ao aumento da desigualdade interna de muitos deles, especialmente de parte da Ásia, África e da América Latina. Deve-se salientar ainda que o final dos anos 70 e início dos 80 representa também uma severa crise do capitalismo mundial só não superior a de 1929. Sobre isto aponta Jacob Gorender:

A crise deflagrada em 1980 fez a economia mundial ingressar numa depressão (ou recessão) que só cede em gravidade à de 1929-1933. Segundo o *Economic Outlook* da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), os 24 países associados, entre os quais figuram os mais avançados do mundo capitalista, registraram, no segundo semestre de 1982, uma taxa de desemprego de 9,0% da força de trabalho total, o equivalente, em números absolutos, a 31,75 milhões de trabalhadores. Somente nos Estados Unidos, neste mesmo período, o desemprego atingia 10,0% da força de trabalho do país, com cerca de doze milhões de operários fora do trabalho. Já a Inglaterra se destacava, entre os países europeus, precisamente pela magnitude da desocupação: em janeiro de 1983, registrava 3,2 milhões de desempregados, o equivalente, em termos relativos, a 13,8% da força de trabalho nacional. O aumento extraordinário da capacidade ociosa do aparelho produtivo e o desemprego maciço também se alastraram nos países capitalistas recém-desenvolvidos, como o Brasil, e nos países subdesenvolvidos em geral (In: MARX, 1996:58).

Por este motivo, consideramos para a investigação aqui desenvolvida o período a partir de 1980 como sendo o momento de “início” do período da globalização que estamos interessados em estudar. A data de 2007, por sua vez, também é relevante porque configura o ponto imediatamente anterior à crise mundial que o capitalismo sofreu em 2008, das famosas hipotecas *subprime*, servindo este período como um modo de avaliarmos a relação entre globalização e desigualdade em um intervalo específico de crises do capitalismo. Não apenas é

um período crítico da história do capitalismo, mas também o período em que algo que se convencionou chamar de “globalização” se tornou mundialmente difundido.

Sobre o recorte espacial da pesquisa, não trabalhamos aqui com amostragem, mas com um universo delimitado. A opção em se trabalhar com um universo específico se deu em função de considerar características dos países que possam representar uma maior expressão para a relação entre globalização e desigualdade, e também porque existe limitação na disponibilidade dos dados da variável dependente: a variação da desigualdade, que para ser incluída precisa do valor final e do valor inicial da desigualdade. Valores mais recentes de todas as variáveis são relativamente abundantes, mas em relação a 1980 a escassez de dados é mais problemática²³. Não foi possível trabalhar com todos os países do mundo em função destas lacunas de dados nos anos próximos a 1980. Baseamo-nos, deste modo, em duas características preponderantes: população e PIB (não *per capita*, pois queremos classificar os países por volume total de produção de riqueza). Estes critérios foram escolhidos porque representam variáveis de impacto sobre o fenômeno estudado: variável demográfica e variável econômica. Foi necessário, então, definir linhas de corte para estas duas variáveis. Estes dados estão também no Apêndice C, no Quadro 3.4.

O universo total de países, segundo classificação do Banco Mundial, é composto por 216 países, e tínhamos dados faltantes em 121 países na variável dependente desigualdade inicial. Para encontrar um critério de corte que contabilizasse estas exclusões com a melhor aproximação possível, foram tomadas então as variáveis PIB e população, pela medida mais recente da pesquisa como parâmetro, isto é, o ano de 2007. Com estas duas variáveis, fizemos duas classificações para os países em ordem decrescente e buscamos um valor limitante inferior que servisse de linha de corte para a exclusão. A primeira classificação feita foi a do PIB (2007), onde foram excluídos países com PIB menor que 10 bilhões de dólares americanos, e a segunda classificação exclui países com população inferior a 2 milhões de pessoas, de modo a obter uma

²³ Para países com eventuais ausências de dados na variável dependente, utilizou-se o recurso de substituir a lacuna por dados de anos próximos, isto é, pelos valores vizinhos na seguinte maneira: na falta do dado para o ano XXXX, procurou-se substituí-lo obedecendo à sequência de disponibilidade XXX(X+1), XXX(X-1), XXX(X+2), XXX(X-2), XXX(X+3). Por exemplo, para a falta de dado no ano 1980, tenta-se o dado que estiver disponível, nesta ordem, em 1981, 1979, 1982, 1978 e 1983. Para as variáveis independentes, os dados faltantes foram substituídos pela média daquela variável quando as equações foram calculadas.

medida em que não se perdesse muitos dados disponíveis por estarem abaixo destes parâmetros. Estes critérios foram escolhidos por observação da distribuição dos dados. Do total de 121 países sem dados na variável dependente, 79,4% (96 países) se enquadram abaixo destas duas linhas de corte, o que nos dá a condição de trabalharmos com um universo específico.

Desta forma, ficamos com um universo de 95 países²⁴ (216-121), onde 83% atendem aos critérios de PIB (2007) acima de 10 bilhões e população acima de 2 milhões de pessoas²⁵. Temos então, contemplados em nossa pesquisa, em relação ao ano de 2007, considerando os 95 países que fazem parte do universo da pesquisa, 87% da população mundial e 94% do PIB mundial, sendo 83% destes países incluídos nos critérios assim definidos. Portanto, os 121 países excluídos representam, de fato, uma pequena parcela do PIB mundial (6%) e da população mundial (13%). Tratou-se de minimizar, portanto, o impacto da falta de dados sobre o nosso trabalho. Este não é um problema incomum neste tipo de pesquisa.

6.1. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para realizar uma análise empírica por meio do modelo conceitual desenhado na seção 5, utilizamos os dados que estão disponíveis no Apêndice C, que são as variáveis dependentes e independentes escolhidas para comporem o modelo. Neste apêndice, o Quadro 3.1 apresenta as variáveis independentes de interesse teórico inicial, isto é, as globalizações econômica, social e política para os anos de 1980 e 2007, incluindo-se mais uma coluna para o cálculo das diferenças. O Quadro 3.2 apresenta as variáveis independentes acessórias PIB *per capita*, consumo de energia *per capita*, juntamente com a coluna para o cálculo da diferença entre os anos indicados. O Quadro 3.3 indica o Coeficiente de Gini para os anos de 1980 e 2007, sendo a primeira coluna a variável independente acessória que falta, ou seja, a desigualdade no momento inicial e a última coluna apresenta a variável dependente da pesquisa: variação da

²⁴ Para saber quais são estes países, consulte o Apêndice B deste trabalho.

²⁵ Não se trata de “retirar países pobres” da avaliação, como pode parecer, mas de retirar os países para os quais não há dados para levar a pesquisa adiante. Tão somente que os critérios escolhidos para esta exclusão contemplam riqueza e população. Foram os critérios encontrados para que a exclusão impactasse o mínimo possível sobre países com dados disponíveis. A explicação é que países com pouca expressão econômica e ao mesmo tempo populacional têm, em geral, dados socioeconômicos não disponibilizados.

desigualdade. Para o tratamento estatístico destes dados, utilizamos o programa SPSS, que faz a análise de regressão múltipla.

A desigualdade interna de renda dos países é dimensionada pelo Coeficiente de Gini, enquanto que a globalização é dimensionada pelo Índice KOF de globalização nos seus três aspectos: econômico, social e político. Sobre as formas de mensurar a globalização, a bibliografia sobre o tema tem apresentado, ao longo do tempo, um crescente aumento das dimensões componentes que fazem parte de sua medida. Durante o final do século XX e início do XXI se manteve a prevalência de fatores econômicos como exclusivos indicadores de globalização (volume de comércio internacional e tarifas aduaneiras eram os principais). Mais recentemente incluíram-se fatores políticos e sociais como igualmente relevantes. Therborn faz uma consideração relacionada a isto:

Da mesma forma que pouco se pode reduzir a globalização ao comércio e aos fluxos de capital do mundo, os processos globais da (des)igualdade são irredutíveis às distribuições do PIB nacional *per capita* ou da renda individual ou familiar, independentemente de sua importância (2001:10).

A desigualdade, o PIB *per capita*, medido em dólares americanos, e o consumo de energia *per capita*, equivalente ao consumo de petróleo, foram obtidos junto ao *World Databank*, arquivo eletrônico de dados do Banco Mundial, disponível publicamente pela rede mundial de computadores.

Esta pesquisa trata com dados secundários, e a validade e a fidedignidade das variáveis estão fundamentadas nas suas respectivas elaborações originais: Coeficiente de Gini, amplamente utilizado para o cálculo de desigualdade de renda; PIB *per capita* para o cálculo do montante produtivo de um país; Consumo de energia em equivalente de petróleo, todos utilizados pelo Banco Mundial. O Índice KOF de globalização é operacionalizado com base nos indicadores apresentados no Apêndice A, que envolvem dimensões econômicas, sociais e políticas.

6.2. TRATAMENTO DA REDUNDÂNCIA DO MODELO CAUSAL INICIAL

A partir do modelo inicial apresentado na Seção 5, como primeira providência metodológica relativa a possíveis redundâncias de variáveis, procuramos realizar uma análise de correlação bivariada de Pearson entre todas elas para evitar inflacionar o modelo com variáveis cujo efeito já estariam presentes em outras variáveis. Estas correlações bivariadas de Pearson aparecem no Quadro 1.

Os dados revelaram alta correlação entre PIB *per capita* inicial e variação no PIB *per capita* (0.883), o que sugere que o efeito de uma variável já está implicado na outra. Optou-se por permanecer no modelo com variação no PIB *per capita*, visto captar o processo e não apenas o momento inicial. Observamos ainda a alta correlação entre consumo de energia inicial²⁶ com PIB *per capita* inicial (0.847) e variação no PIB *per capita* (0.818), o que permite que eliminemos também esta variável do modelo. A variação da desigualdade e a desigualdade inicial não apresentaram alta correlação. Assim, a desigualdade inicial pôde permanecer no modelo. Com exceção da desigualdade inicial, portanto, são consideradas as demais medidas de variação, entendendo que o estudo longitudinal é uma estratégia metodológica adequada para a verificação causal. A variação da desigualdade é a variável dependente.

Em função das redundâncias encontradas na Seção 6.2, as variáveis independentes são, portanto: índice de globalização econômica KOF²⁷, índice de globalização social KOF,

²⁶ Observou-se, embora não seja o objetivo direto desta pesquisa, que o consumo de energia inicial é fracamente correlacionado com a variação no consumo de energia, o que sugere que o consumo de energia inicial não está correlacionado com a variação no consumo de energia, mas com a variação no PIB *per capita*, isto é, o padrão de consumo de energia no momento inicial parece sustentar as condições futuras de aumento na produção (não apenas industrial) melhora as condições futuras para o processo de industrialização com um todo.

²⁷ Utilizaremos o índice KOF desmembrado em suas componentes econômica (GlobE), social (GlobS) e política (GlobP). Logo, esta variável acaba se transformando em três. Este recurso foi utilizado, em primeiro lugar, porque o índice é disponibilizado em suas três componentes; e em segundo lugar, porque é metodologicamente mais interessante obter as categorias em separado para observar seus efeitos específicos sobre a variável dependente. Existe também um indicador de globalização chamado Kearney Index, no entanto, demos preferência para o Índice KOF de globalização, pois sua composição é mais completa em termos das variáveis que mede, isto é, 24 variáveis KOF contra 14 variáveis Kearney, além de ser o único indicador que abrange o período que temos interesse em estudar (a partir de 1970 por KOF contra dados a partir de 1998 por Kearney). Além destas vantagens, ele já foi utilizado em mais de cem trabalhos acadêmicos que estão disponíveis em diversas publicações de reconhecido mérito. Sua listagem completa está disponível em: <http://globalization.kof.ethz.ch/papers/>, e foi citado inclusive pelo eminente historiador britânico Eric Hobsbawm em seu trabalho intitulado *Globalização, Terrorismo e Democracia*.

índice de globalização política KOF, PIB *per capita* em dólares americanos, Consumo de Energia *per capita* equivalente em quilograma de petróleo e a desigualdade, em Gini, todas enquanto variação, isto é, a diferença da variável no momento dois (2007) menos o momento um (1980).

Uma última observação: a correlação entre desigualdade inicial e variação na desigualdade resultou, em módulo, no valor de 0.680, o que nos dá a segurança (<0.750) de trabalhar com a desigualdade inicial como variável independente sem incorrer no erro de tentar explicar uma variável a partir dela própria ou de outra variável independente que tem o mesmo com efeito replicado sobre a dependente. Observe o Quadro 1 na próxima página.

Quadro 1 – Coeficientes de Correlação de Pearson

Pearson Correlation		PIB_inicial	PIB_var	Energy_inicial	Energy_var	Glob_Eco_var	Glob_Soc_var	Glob_Pol_var	Gini_inicial	Gini_var
PIB_inicial	Pearson Correlation	1	0.883	0.847	0.067	-0.211	0.065	-0.558	-0.562	0.018
	Sig.		0	0	0.600	0.075	0.585	0	0	0.879
	N	73	72	63	63	72	73	73	73	73
PIB_var	Pearson Correlation		1	0.818	0.032	-0.242	0.119	-0.466	-0.602	0.109
	Sig.			0	0.801	0.041	0.319	0	0	0.364
	N		72	63	63	72	72	72	72	72
Energy_inicial	Pearson Correlation			1	0.025	-0.183	0.045	-0.460	-0.553	0.132
	Sig.				0.837	0.144	0.723	0	0	0.283
	N			68	68	65	65	66	68	68
Energy_var	Pearson Correlation				1	0.003	-0.077	-0.112	0.013	-0.096
	Sig.					0.980	0.544	0.371	0.918	0.435
	N				68	65	65	66	68	68
Glob_Eco_var	Pearson Correlation					1	0.381	-0.102	-0.043	0.138
	Sig.						0	0.360	0.700	0.218
	N					82	82	82	82	82
Glob_Soc_var	Pearson Correlation						1	-0.030	-0.237	0.118
	Sig.							0.781	0.028	0.281
	N						86	86	86	86
Glob_Pol_var	Pearson Correlation							1	0.001	0.178
	Sig.								0.993	0.099
	N							87	87	87
Gini_inicial	Pearson Correlation								1	-0.680
	Sig.									0.000
	N								95	95
Gini_var	Pearson Correlation									1
	Sig.									
	N									95

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Apêndice C

6.3 FORMULAÇÃO ESTATÍSTICA DO MODELO FINAL

A Análise de Regressão Múltipla foi a técnica estatística aplicada ao modelo, pois permite verificar a relação entre um grupo de variáveis independentes e a variável dependente. Para a pesquisa aqui desenvolvida, esta técnica se mostra adequada porque permite calcular o grau de variação da variável dependente (variação da desigualdade) a partir das independentes (desigualdade inicial, variação no PIB *per capita*, variação no consumo de energia *per capita*, variação da globalização econômica, variação da globalização social e variação da globalização política) para o universo estudado para este período.

Esta técnica foi aplicada ao modelo não somente para o grupo total de 95 países, mas também para subgrupos que dividimos conforme o nível do PIB (2007). Para PIB (2007), de todos os 216 países do mundo, fizemos a divisão adaptando a metodologia do Banco Mundial, que consiste em separar os países em três grupos de acordo com o PIB, de forma a termos um grupo de valores inferiores, correspondente aos países pobres ou periféricos, um grupo de países intermediários, equivalentes a países semiperiféricos, e um grupo dos valores mais altos, que são os países ricos ou centrais. Os valores são então ajustados por brechas na distribuição de forma a termos valores exatos nas divisões entre os grupos. Temos, então, 35 países periféricos (PIB < \$3999), 26 países semiperiféricos ($\$4000 < \text{PIB} < \11999) e 33 países centrais (PIB > \$12000)²⁸.

Em função da eliminação das redundâncias apresentadas na Seção 6.2, o modelo terá, então, a forma funcional indicada na próxima página, onde $b_0, b_1, b_2, b_3, b_4, b_5$ e b_6 (chamados de *betas*) são os coeficientes que indicam quanto eles contribuem para a variação observada na variável dependente. O “erro” ao final da equação serve para estimar as variações não captadas pelo modelo. Seu resultado não será analisado nesta pesquisa. Temos, portanto, com base nas variáveis selecionadas, a equação a seguir:

²⁸ A classificação do Banco Mundial ocorre da seguinte forma: economias de baixa-renda (35 países com renda menor que \$1.005), economias de média-baixa renda (56 países com renda de \$1.006 a \$3.975), economias de média-alta renda (54 países com renda de \$3.976 a \$12.275) e economias de alta renda (70 países com renda acima de \$12.275). Para efeitos de simplificação dos agregados, compactamos baixa com média-baixa e denominamos países com baixa renda per capita, e mantivemos as duas demais, denominando a segunda de países com renda intermediária, e a terceira como países de alta renda, para termos ao todo três categorias: baixa, média e alta renda. Os valores de corte foram adaptados, por simplicidade, para \$3999 para baixa, de \$4000 a \$11999 para média, e de \$12000 em diante, alta.

$$\text{Desigualdade (variação)} = b_0 + b_1\text{Desigualdade(1980)} + b_2\text{PIB(variação)} + b_3\text{Energy(variação)} + b_4\text{GlobE(variação)} + b_5\text{GlobS(variação)} + b_6\text{GlobP(variação)} + \text{erro}$$

De posse do modelo e das variáveis²⁹, os dados foram tratados por Análise de Regressão Linear Múltipla, no SPSS. O programa estatístico SPSS calcula os coeficientes da equação, isto é, os betas, que indicam quanto das variações na variável dependente se devem às variações daquela variável independente, bem como calcula o R² ajustado ou coeficiente de determinação, que revela a capacidade explicativa do modelo, que foi aplicado para o grupo dos 95 países, bem como para os grupos separados por PIB (2007). Os resultados estão apresentados na próxima seção, juntamente com a discussão. Analisaremos os resultados segundo as variáveis independentes, uma a uma, e depois os grupos de países individualmente.

²⁹ As matrizes de dados estão elencadas nas tabelas do Apêndice C.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 2 apresenta os resultados da seguinte forma: em grupos de grandes colunas por conjunto de países segundo o PIB (2007), representando os dados referente, da esquerda para a direita, da equação geral com todos os países, depois para os países periféricos, semiperiféricos e centrais. As linhas que recebem os nomes das variáveis independentes representam os cálculos dos betas de cada uma na dita equação. As colunas do desvio padrão (*standard error*) e de VIF (*variance inflation factor*) são meramente informativas.

As variáveis independentes foram acrescentadas ao modelo, no SPSS, em blocos: a primeira linha, da desigualdade inicial, constitui um bloco, que nos diz qual a força da variável desigualdade de renda inicial no modelo pelo seu R^2 ajustado, depois criamos outro bloco e acrescentamos variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita* juntamente com a desigualdade inicial e verificamos quanto o R^2 ajustado aumento ou diminuiu. Por fim, acrescentamos as variações nas globalizações para identificar quanto estas variáveis afetam o modelo anterior, também pela mudança no R^2 ajustado. É por este motivo que o coeficiente de determinação (R^2 ajustado) está apresentado em três linhas distintas, junto com as variáveis independentes, pois como elas foram separadas por blocos (primeiro bloco: só a desigualdade inicial; segundo bloco: variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita*; terceiro bloco: as três variáveis da globalização), temos a possibilidade de observar, por meio do valor de coeficiente de determinação em cada bloco, se sua mudança em relação ao bloco anterior incrementa o seu valor ou se muda muito pouco. “O coeficiente de determinação é uma medida da dimensão do efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente, como descrito pelo modelo de regressão. Em regressão linear, este coeficiente é uma das estatísticas da qualidade de ajustamento mais populares” (MAROCO, 2007:571).

Quadro 2 – QUATRO REGRESSÕES MÚLTIPLAS DA VARIAÇÃO DA DESIGUALDADE A PARTIR DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES EM ESTUDO, SEGUNDO GRUPOS DOS PAÍSES CLASSIFICADOS POR PIB (2007)

Variáveis Independentes	Equação geral com todos os países*			Equação dos países periféricos (PIB _{pc} <\$4000)			Equação dos países semi-periféricos (\$4000<PIB _{pc} <\$12000)			Equação dos países centrais (PIB _{pc} >12000)		
	Beta	Std. Error***	VIF	Beta	Std. Error***	VIF	Beta	Std. Error***	VIF	Beta	Std. Error***	VIF
Des inicial	-0.724	0.064	1.489	-0.703	0.111	1.393	-0.739	0.145	1.599	0.636	0.170	1.452
R ² do bloco 1	0.369			0.504			0.480			0.294		
PIB Res.	-0.217	0.000	1.859	0.200	0.002	1.845	0.118	0.001	1.242	0.253	0.000	1.536
Energia var.	-0.055	0.001	1.012	-0.124	0.004	1.591	-0.063	0.003	1.247	0.062	0.000	1.473
R ² do bloco 2	0.435			0.526			0.482			0.341		
GlobE var.	0.076	0.070	1.369	0.108	0.124	1.426	0.176	0.220	1.996	0.177	0.090	1.617
GlobS var.	-0.057	0.070	1.250	-0.220	0.142	1.672	-0.181	0.296	2.460	0.162	0.079	1.365
GlobP var.	0.092	0.049	1.291	0.066	0.141	1.908	0.054	0.114	1.243	0.139	0.073	1.064
R ² do bloco 3	0.445			0.559			0.505			0.390		
Média VIF****	1.378			1.639			1.631			1.417		
N**	95			35			26			33		

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Apêndice C

* Para a listagem completa dos países, remeta-se ao Apêndice B;

** Aos países com medidas faltantes foi-lhes atribuída, na primeira equação, a média dos valores; nas demais equações, foram desprezadas;

*** O erro padrão dos coeficientes não será discutido porque a pesquisa não trabalha com amostra, mas com um universo metodologicamente delimitado.

**** A coluna VIF (*variance inflation factor* ou fator de inflação da variância) é utilizada para detectar multicolinearidade nas equações do modelo, que ocorreria no caso de VIF > 2,0. Deve-se observar que a média dos VIFs nos grupos está abaixo de 2,0, o que nos indica que o modelo não apresenta multicolinearidade na equação geral nem dos subgrupos.

Vamos agora avaliar os resultados de três formas: primeiramente observando os coeficientes de determinação (R² ajustado), para cada grupo de países, para conhecermos o poder explicativo do modelo à medida que as variáveis independentes vão sendo acrescentadas em sua formação, depois observando linha por linha do Quadro 2 e verificando como a variável independente em questão se comporta nos quatro grupos (geral, países periféricos, semiperiféricos e centrais), e por fim uma avaliação conclusiva dos grupos de países. Vale lembrar que a desigualdade é medida pelo Coeficiente de Gini, o que significa que quanto maior

for este indicador, mais desigual é o país, e quanto maior for o “ganho” nesta variável, mais a desigualdade aumentou³⁰.

Vamos agora, grupo por grupo de países, observar os valores de R^2 à medida que as variáveis independentes vão sendo acrescentadas ao modelo, para compreendermos sua capacidade explicativa. Lembrando que o primeiro bloco é constituído apenas pela desigualdade inicial, o segundo bloco pela variação no PIB *per capita* e pela variação no consumo de energia *per capita*, e o terceiro bloco pela globalização econômica, globalização social e globalização política, todas enquanto variação também.

Observando o R^2 na equação geral (para todos os países), vemos que apenas pela desigualdade inicial temos uma capacidade explicativa do modelo em torno de 37% das variações observadas na variável dependente. Acrescentando variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita* temos um salto de apenas 6,5%, e R^2 vai para 43,5%. Com o acréscimo das variações nas globalizações temos um ganho de apenas 1%, e R^2 vai para 44,5%, isto é, apenas 1% das variações na variável dependente são explicadas pelas globalizações. Desta forma, observamos que a desigualdade inicial explica sozinha 72,4% (valor do beta) das variações na variação da desigualdade, e o modelo como um todo explica 44,5% das variações conjuntas das variáveis.

No grupo dos países periféricos, o acréscimo da variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita* melhora o modelo em apenas 2,2%. Com o acréscimo das globalizações, a melhora passa para mais 3,3%, acrescentando muito pouco para a capacidade preditiva do modelo, que passou de 50,4% apenas com a desigualdade inicial para 55,9% com todas as demais variáveis independentes. Para os países pobres, portanto, aproximadamente 56% das variações na variável dependente são explicadas pelo modelo elaborado, onde a desigualdade inicial é a variável de maior impacto (70,3%).

³⁰ O Coeficiente de Gini é uma medida amplamente utilizada para o cálculo de distribuição de renda, e está baseado num gráfico chamado Curva de Lorenz. Este gráfico é apresentado em um eixo de coordenadas cartesianas onde o eixo das abscissas mostra faixas cumulativas da população, enquanto que o eixo das ordenadas apresenta as faixas cumulativas de renda. Quanto mais a curva se afasta da bissetriz do quadrante, mais desigual é a distribuição de renda. Desta forma, o cálculo algébrico do coeficiente corresponde à razão entre a área que fica entre esta curva e a bissetriz do quadrante (chamada “área de concentração”, pela área que se situa à inteiramente à direita da mesma bissetriz (que corresponde à igualdade perfeita).

Para os países semiperiféricos, a variação no PIB *per capita* e a variação no consumo de energia *per capita* agregam apenas 0,2% ao modelo, enquanto as globalizações acrescentam mais 2,3% de capacidade explicativa ao modelo. De 48,2% apenas com a desigualdade inicial, o modelo passa para 50,5% de capacidade explicativa com todas as demais variáveis independentes. A desigualdade inicial é a variável de maior impacto também (cerca de 74%).

Para os países centrais, o modelo pode explicar a variação da variável dependente em 29,4%. Com o acréscimo da variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita* variação, o modelo ganha apenas 4,7%, e com as globalizações, ganha mais 4,9% do poder explicativo. Novamente a desigualdade inicial tem maior impacto que as demais variáveis (cerca de 63,6%) e o modelo explica no máximo 39% das variações na variável dependente. É o grupo de países para o qual o modelo tem menor capacidade preditiva.

Agora faremos a interpretação dos resultados, linha por linha, para cada variável independente. Assim, partindo da primeira linha, identificamos que a desigualdade inicial está alta e negativamente correlacionada (-0.724, -0.703, -0.739 e -0.636) com a variação da desigualdade em todos os grupos, o que indica que quanto maior a desigualdade no momento inicial, menor o aumento que ela terá ao longo dos anos seguintes, isto é, quanto mais desigual um país é, menos ele tende a aprofundar a desigualdade neste período. O contrário também, isto é, quanto menos desigual um país no ano inicial, mais ele tende a ficar desigual.

Excetuando-se a desigualdade inicial, as avaliações das demais variáveis independentes que faremos servem apenas como norteadoras qualitativas (sinal positivo ou negativo do beta) no impacto sobre a variação da desigualdade de renda, pois o coeficiente de determinação R^2 a partir do ingresso das demais variáveis independentes além da desigualdade inicial, como vimos, não tem um peso quantitativo expressivo, lembrando que não se trata apenas de estimar causalidade, mas também a direção dos movimentos das variáveis quando avaliadas em conjunto.

Observando os betas da variação no PIB *per capita*, vemos que ele está correlacionado negativamente com a variação da desigualdade no grupo geral de países e nos ricos, indicando que à medida que a variação no PIB *per capita* diminui, a variação da desigualdade aumenta, isto é, para os países ricos e de um modo geral, para o grupo com todos

os países, se o PIB *per capita* diminui ao longo do tempo, o país ficará mais desigual internamente. No caso dos países intermediários e dos pobres, quanto mais o PIB *per capita* aumenta, mais a desigualdade aumenta. Assim, o enriquecimento destes países se reflete de alguma forma prejudicial para a distribuição da renda interna. Países ricos tendem a distribuir melhor seus ganhos econômicos do que os demais países ou, em outras palavras, as elites dos países ricos não sacrificam seus povos tanto quanto sacrificam os povos dos países periféricos. Esta observação é coerente com resultados que indicam que o crescimento econômico não favorece uma melhor distribuição de seus benefícios para os pobres dos países pobres.

A variação no consumo de energia *per capita* variação mostrou correlação negativa em todos os grupos, com exceção dos ricos, o que pode sugerir que nestes, quanto maior o consumo de energia, algo comparável a uma maior industrialização, a desigualdade tende a aumentar. Nos demais grupos, o consumo de energia parece favorável à redução da desigualdade. Estes resultados são muito pouco expressivos, a observar pelos betas, o que não sustentam uma conclusão consistente. Apenas para levar adiante o raciocínio e procurar uma explicação, pode-se presumir que nos países ricos a industrialização atingiu um nível satisfatório, não havendo mais espaço para este tipo de expansão a não ser com alguma consequência na desigualdade interna. Isto parece razoável com um fato observado a partir da globalização, que é a transferência de capacidade produtiva para países periféricos, onde lá a desigualdade parece se reduzir com a aceleração produtiva. Este resultado parece contradizer o resultado referente à variação no PIB *per capita*, porém devemos lembrar que os dois não são a mesma coisa, ou seja, resultado econômico não é o mesmo que industrialização. Confirmamos isto observando o Quadro 1, onde a correlação entre estas duas variáveis, a variação no PIB *per capita* e variação no consumo de energia *per capita*, é de apenas 0.032. Logo, a aparente contradição nos alerta para o fato de que industrialização, que conceitualmente se reflete indiretamente na composição do PIB, pode de fato contribuir para a redução da desigualdade nos países periféricos enquanto é incrementa a matriz produtiva do país, ao passo que o resultado econômico medido pelo PIB (produtos e serviços), quando aumenta para uma dada capacidade instalada, produz desigualdade nos periféricos.

A globalização econômica apenas se mostrou negativamente correlacionada com a variação na desigualdade para os países ricos, fato semelhante ao que ocorre com a variação no PIB *per capita*, o que nos leva a saber que quanto mais aumenta a globalização econômica, menor o aumento da desigualdade nestes países. De fato, se os países centrais são os que mais se beneficiam da globalização econômica, é compreensível que esta os afete menos na questão da desigualdade interna. Nos demais grupos, a globalização econômica parece ter efeito contrário, isto é, quanto maior o aumento nos fluxos de capitais e menor as restrições ao comércio exterior, pior para a distribuição de renda interna nos países periféricos e semiperiféricos.

A globalização social, que se constitui por fluxos de informações, contatos pessoais e proximidade cultural, apenas nos países ricos foi positiva, indicando que quanto maior o avanço nos processos integrativos sociais e culturais, maior o avanço na desigualdade nestes países. Não se trata de causalidade, mas de relação entre as variáveis. Esse aumento de integração indica que nos países ricos este processo é acompanhado por um aumento na desigualdade. O contrário ocorre nos demais grupos. Devemos observar que a globalização social tem comportamento oposto ao da globalização econômica, o que nos leva a observar que enquanto um país se globaliza economicamente, tornando-se mais aberto às investidas econômicas de outros países, seus efeitos sobre a desigualdade interna são diferentes de outras formas de abertura, ou seja, os eventos puramente econômicos atuam sobre a desigualdade de forma estranha aos processos culturais que se observam na globalização. Este resultado parece consistente com o fato de que os movimentos de capitais trazem também movimentos que lhes diminuem os efeitos prejudiciais sobre a desigualdade interna de renda dos países.

A globalização política, isto é, embaixadas de outros países, filiação em organizações internacionais, assinatura de tratados internacionais, se mostrou positivamente correlacionada em todos os grupos, o que significa que a aproximação política dos países é acompanhada por uma perda em melhor distribuição de renda em todos eles. Este resultado é consistente com os argumentos teóricos que estudamos neste trabalho, indicando que a estrutura política internacional promove ajustes para a maior concentração de renda interna nos países, e isto em todos. O movimento chamado “Marcha dos Indignados”, que se espalhou ao redor do mundo a partir de 2011, parece traduzir este efeito negativo da globalização política sobre o planeta.

Ressalta-se, mais uma vez, que as conclusões encontradas para variação no PIB *per capita*, variação no consumo de energia *per capita* e variação das globalizações não têm uma expressividade importante. São apenas tendências nas direções observadas. O resultado consistente que pode ser sustentado por esta pesquisa está na relação entre desigualdade inicial e variação da desigualdade.

Para compreendermos melhor os resultados observados para a influência da desigualdade inicial sobre a variação da desigualdade, que nos pareceram inesperados no sentido de mostrarem certo “equilíbrio” histórico de compensações nos movimentos de variações da desigualdade ao longo do tempo, decidimos considerar a variação das médias do Gini(1980) e Gini(2007), e verificamos uma passagem de 36,57 para 38,53, isto é, um aumento pouco expressivo de 1,96 na desigualdade mundial, tendo a desigualdade variado pouco, em nível mundial, neste período.

Importante observar que não se trata de uma compensação de “um por um”, isto é, um país reduzir para outro aumentar a desigualdade, pois dos 95 países do universo da pesquisa, 59 aumentaram a desigualdade e 36 reduziram, o que nos leva a observar que para se manter a desigualdade em torno de um valor que pouco oscilou, em nível mundial, as reduções que ocorreram nos 36 países foram maiores do que os 59 casos de aumento da desigualdade. Para confirmar este raciocínio, fizemos a classificação da desigualdade inicial em ordem crescente, isto é, começando do menos desigual para o mais desigual, e observamos que dos 50 menos desiguais em 1980 (os primeiros 50 da lista de 95), 40 tiveram aumento da desigualdade, enquanto que dos últimos 45 da lista (os com maior desigualdade inicial), mais da metade tiveram a desigualdade reduzida. Como os países que tiveram reduções na desigualdade são apenas 36, contra 59 que tiveram aumento, podemos afirmar, no máximo, que quem reduziu a desigualdade, reduziu com mais força do que quem aumentou, o que ainda assim não foi suficiente para reduzir a média geral, que foi de 36,57 para 38,53, mas que de qualquer forma mostrou que a redução na desigualdade, embora menor em quantidade de países, é maior do que os aumentos.

Em outras palavras, comparando este movimento de desigualdade internas, observamos que parece haver um mecanismo que tende a equilibrar o movimento da variação da

desigualdade no mundo, fazendo com que os mais desiguais lancem mão de recursos de redução da desigualdade interna, ao passo que os menos desiguais tendem a aumentar sua desigualdade interna. Não se quer dizer que a globalização é responsável por isto nem que houve uma inversão do tipo “os mais desiguais do passado são hoje os menos desiguais e vice-versa”, mas que neste período de 1980 a 2007, o que ocorreu foi um efeito de movimentos compensatórios nas variações das desigualdades entre países, isto é, para um valor de aumento na desigualdade em algum país ou países do mundo, ocorreu alguma redução em outro país ou países. Logo, não podemos afirmar que a globalização é responsável por aumentar ou diminuir a desigualdade no interior dos países.

Podemos concluir, avaliando os grupos de países, que o modelo se aplica melhor para os países pobres (55,9%) e menos para os ricos (39%). Em todos os grupos, no entanto, a força da desigualdade inicial para a capacidade preditiva do modelo gira em torno de cerca de 70%, isto é, a desigualdade inicial se revelou a variável independente de maior impacto na variação da desigualdade, restando muito pouco poder explicativo para as demais. Em particular, as globalizações melhoraram o modelo em apenas 1% na equação geral, 3,3% na equação dos países pobres, 2,3% na equação dos países intermediários e 4,9% na equação dos países ricos. Com isto, podemos afirmar que, **no período de 1980 a 2007, para os 95 países avaliados, a variação da globalização pouco impacto tem sobre a variação da desigualdade, sendo a desigualdade inicial, historicamente estabelecida, a maior expressão para compreendermos a variação nos anos posteriores**, o que não quer dizer que quanto mais desigual, mais dificuldade terá o país para reduzi-la. Vimos que a tendência é o contrário neste período, e não por causa da globalização.

Em síntese, observou-se que a variação da globalização, em suas três dimensões, contribui muito pouco para explicar a variação da desigualdade no período de 1980 a 2007, sendo a desigualdade inicial a variável de maior impacto. Nos casos em que o modelo aproveita melhor o acréscimo das variáveis da globalização, que é os países ricos, esta melhora se dá com um acréscimo máximo de apenas 4,9% sobre a capacidade explicativa do modelo. Ainda assim, o melhor que explica neste caso é 17% das variações da variável dependente.

Desta forma, nossa hipótese de trabalho foi negada, isto é, a globalização pouco impacto exerce sobre a redução da desigualdade interna dos países avaliados pelo modelo, independente do nível de riqueza do país. Assim, de um lado, se a globalização não reduz a desigualdade, ela **também não aumenta** a desigualdade. A desigualdade interna inicial se mostrou o fator econômico interno mais relevante para predizer os movimentos posteriores da desigualdade, embora contrariando o senso comum de que “se está ruim, pior ficará”.

Na próxima seção faremos a conclusão do trabalho, recapitulando os principais elementos discutidos ao longo da dissertação de forma a combinar teoria e os resultados observados com a aplicação do modelo elaborado sobre os dados secundários obtidos.

8. CONCLUSÕES

Após esta jornada em busca de respostas para a relação entre globalização e desigualdade de renda, estamos agora em condições de fazer as últimas considerações sobre este tema controverso, a partir dos resultados aqui encontrados, e evidenciar as contribuições que este trabalho pôde trazer para juntar-se a outros que debatem o mesmo assunto.

O estudo nos mostrou que a globalização se trata de um conjunto de atividades que tem a capacidade de funcionar em tempo real e escala planetária, que começou a tomar forma durante o período da Guerra Fria, configurando-se numa interdependência mundial de fluxos diversos (de pessoas, ideias, produtos, serviços, capital etc) definidos por entrelaçamentos institucionais que interferem em processos decisórios nacionais, com destaque para a atuação das empresas multinacionais e os organismos internacionais. Toda esta conjuntura, possível em função das mudanças tecnológicas que melhoraram os transportes, o processamento de informações e as comunicações, sugere que há influências sobre a desigualdade, especialmente negativas para os países periféricos ou pobres, onde as elites nacionais acabam se favorecendo mais do que o restante da população. Embora a integração econômica dos povos não seja um fenômeno novo, podendo inclusive receber o nome de globalização para referir-se a outros períodos em que isto aconteceu, preferimos aqui neste trabalho adotar esta palavra para referirmo-nos ao período que coincide com a terceira onda de globalização do Banco Mundial, que se inicia em 1980 e segue pelos nossos dias. Em se tratando da desigualdade interna de renda, foi possível observar que de fato o período que corresponde aos anos 80 indica uma mudança no ritmo histórico da desigualdade, acentuando em alguns países o dualismo simbólico funcional excludente, como ensina Fandiño.

Com base nestas reflexões, estabelecemos como hipótese desta pesquisa, a afirmação de que a globalização, em seu alcance político, social e econômico, tem impacto negativo sobre a distribuição de renda dos países, especialmente para a população dos países de baixa renda, visto que a inserção destes no cenário da globalização está sujeita a influência de seus aspectos econômicos internos que representam uma desvantagem para a obtenção de uma distribuição de renda mais equilibrada.

Para encontrarmos respostas, estabelecemos o problema central desta pesquisa como sendo o de descobrir em que medida as variações em globalização afetam as variações na desigualdade de renda para o período de 1980 a 2007, no universo dos 95 países considerados, à luz da influência das variáveis de controle – fatores econômicos internos – dos países (variações em PIB *per capita*, variações em consumo de energia *per capita* e desigualdade inicial ao período delimitado, isto é, 1980). A pesquisa procurou atingir seus objetivos específicos, isto é, construir um modelo causal e aplicá-lo aos grupos de países indicados, classificados de acordo com o PIB acima de dez bilhões de dólares e população acima de dois milhões de habitantes, ambos em 2007. Empregamos a Análise de Regressão Múltipla para os dados secundários obtidos junto ao Banco Mundial e o ETH, disponíveis pela rede mundial de computadores.

As proposições de Karl Marx, Zygmunt Bauman e Immanuel Wallerstein foram importantes no sentido de encontrar as características do capitalismo que deram origem a um conjunto de fenômenos chamado de globalização e cujo efeito sobre a desigualdade interna dos países é relevante tema de pesquisa sociológica. Com Marx, compreendemos que a integração do mercado mundial fundamenta as aspirações do capitalismo para as mudanças tecnológicas que proporcionam a possibilidade de uma diferenciada relação entre capital e trabalho, de forma a minimizar a queda progressiva na taxa de lucros. Para Bauman, a globalização é geradora de desigualdades à medida que fortalece uma elite extraterritorial, fluída, em detrimento de uma massa imóvel, cuja construção da realidade local é afetada por decisões de ordem global. E em Wallerstein, pudemos entender o processo histórico do sistema mundial, que segrega as economias nacionais em periferia, semiperiferia e centro, sendo este último o núcleo das atividades do capitalismo e que auferem a maior parte dos benefícios do processo de integração das cadeias mercantis mundiais das transações internacionais. Em todos estes autores, há claras indicações de que a globalização ou integração mundial das economias provoca modificações na distribuição interna da renda nacional dos países.

As pesquisas empíricas mais recentes, realizadas após o ano 2000, que tratam da relação entre globalização e desigualdade interna de renda dos países mostraram, entretanto, uma série de resultados contraditórios, demonstrando que ora a globalização é positiva para a redução da desigualdade de renda, ora é negativa, mesmo que para algum grupo de países, não sendo

necessariamente os países pobres a piorar sua situação interna.

Diante destas controvérsias e como parte de nossos objetivos, foi necessário elaborar um modelo causal para tratamento dos dados que atendesse aos seguintes critérios: que fosse longitudinal; que observasse a condição inicial da desigualdade nos países analisados; que além de estudar o modelo geral para todos os países, os avaliasse em grupos de países conforme o nível econômico; que levasse em conta as variáveis de controle de natureza econômica interna; que tratasse a globalização enquanto fenômeno não só econômico, mas social e político; e que delimitasse adequadamente o universo da pesquisa em um intervalo de tempo bem definido.

Selecionamos, então, 95 países com PIB (2007) superior a dez bilhões de dólares e população (2007) superior a duzentos milhões de pessoas e delimitamos a pesquisa para os anos de 1980 e 2007, pelos motivos já apresentados. Através do programa estatístico SPSS, aplicamos a técnica da Análise de Regressão Múltipla para os dados relativos a estes recortes, combinando as variáveis do modelo de forma a estimarmos a influência da variação da globalização sobre a variação da desigualdade interna de renda, em conjunto com as variáveis acessórias.

Os resultados encontrados demonstraram que o modelo tem capacidade explicativa de 56% para os países periféricos, 50% para os países semiperiféricos e 39% para os países ricos, sendo que a variação da globalização mostrou pouco efeito sobre a variação da desigualdade interna de renda dos países, o que rejeita nossa hipótese, ou seja, a globalização não apresentou impacto expressivo sobre a desigualdade interna dos países. Por um lado, se não reduz a desigualdade, também não a aumenta. Desta forma, esta pesquisa se alinha, por seus resultados, com o grupo que não identifica influência da globalização sobre a desigualdade interna de renda dos países. Dos aspectos econômicos internos selecionados, a desigualdade inicial revelou ser a variável de maior impacto na determinação da variação da desigualdade futura.

Contrariamente ao que se poderia pensar, os países mais desiguais, não necessariamente os pobres, foram os que melhoraram sua desigualdade interna neste período, ao passo que os menos desiguais, não necessariamente os ricos, foram os que pioraram sua desigualdade interna. Em relação aos países pobres, que é uma recorrente preocupação dos pesquisadores sobre o tema, o modelo revelou uma melhor capacidade explicativa, mas mesmo assim indicou pouco espaço para globalização enquanto “vilã” da desigualdade.

A pesquisa pôde fazer perceber que a desigualdade interna dos países, em nível mundial, não caminha em uma direção única, levando todos para o mesmo caminho. O período de 1980 a 2007 se revelou como um intervalo do capitalismo em que a desigualdade interna dos países se contrabalançou, isto é, países com muita desigualdade no início do período foram os que mais apresentaram melhoras na redução da desigualdade, ao passo que países com pouca desigualdade no ano de 1980 apresentaram-se como os que mais tiveram aumento nesta variável ao final deste período. Embora não seja uma regra geral, os dados permitiram observar que este período foi marcado por um mecanismo de compensações mútuas, tendo a desigualdade interna de renda, como um todo, modificado muito pouco.

Talvez a globalização tenha algum efeito sobre este fenômeno de compensações, em que a redução na desigualdade de uns se revelou em aumento na desigualdade de outros, mas este estudo não pôde traçar esta ligação causal. Para isto será necessário elaborar estudos com outros períodos, anteriores ou posteriores ao intervalo de 1980 a 2007, bem como incluir mais países ou mais variáveis, especialmente de natureza política dos países. Uma alternativa importante seria também abordar desigualdade não apenas pela perspectiva da renda, que está sujeita às limitações que os censos não captam, mas pelo consumo. O efeito que pudemos observar pelo modelo e dados utilizados, no entanto, não nos permite inferir de que modo a globalização poderia estar ocasionando isto. Esta pesquisa mostrou que necessariamente a globalização não tem interferência neste processo, mas sim a própria desigualdade inicial, historicamente constituída. Não podemos sustentar a afirmação de que, em relação à desigualdade interna de renda dos países, os piores, melhoraram, e os melhores pioraram, apenas a partir de um determinismo prévio já estabelecido pela desigualdade inicial, sem considerarmos a noção que nos é cara, sociologicamente, de “processo”, mesmo que este processo não tenha relação direta com a globalização.

A globalização tal como foi tratada nesta pesquisa é um fenômeno novo sob o ponto de vista histórico. Talvez, de fato, seus efeitos sobre a desigualdade ainda sejam incipientes e o mundo ainda esteja se adaptando a todas estas mudanças de que este período está sendo testemunha. Os processos de transferência por cadeias mercantis nas relações econômicas internacionais, como explicado por Wallerstein, ajudam a compreender em parte que talvez o

período estudado faça parte de um ciclo maior, de cinquenta anos talvez. As recentes crises do capitalismo, após o ano de 2007, de certa forma inauguram uma nova etapa digna de ser estudada, que se manifestam no sentido de contrariar as tendências até aqui observadas. O mundo ainda está se ajustando a estas crises. O futuro é incerto, mas de qualquer forma sabemos que há uma disposição cada vez maior na História no sentido da integração econômica dos povos, cuja repercussão influencia a vida política e cultural.

O capitalismo está na base das transformações que desencadearam no que hoje conhecemos por “mundo globalizado”, e talvez suas crises estejam criando conformações novas de ganhadores e perdedores no cenário internacional, o que de certa forma modifica a situação interna dos países. Tal constatação contraria as previsões para as quais a teoria aqui abordada vem tentando oferecer respostas, pois o que se observou foram reduções na desigualdade de países que há cerca de trinta anos, em relação ao ano de 2007, tinham mais desigualdade interna do que antes, e aumentos nos que tinham menos desigualdade interna, não tendo a globalização exercido efeito expressivo sobre estas variações da desigualdade interna de renda.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni (2003). **Globalização e Macrossociologia Histórica**. Curitiba: Rev. Sociol. Polít., 20, p. 13-23.

BANCO MUNDIAL (2003). **Globalização, Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Futura.

BARRO, Robert (2000). **Inequality and Growth in a Panel of Countries**. *Journal of Economic Growth* 5(1):5–32. Disponível em: www.people.fas.harvard.edu/~iversen/PDFfiles/Barro2000.pdf. Acessado em 18/10/2011.

BAUMAN, Zygmunt (1999). **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

BAUMAN, Zygmunt (2010). **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

BERGH, Andreas e NILSSON, Therese (2010). **Do liberalization and globalization increase income inequality?** Forthcoming in *European Journal of Political Economy*. Disponível em: pubchoicesoc.org/papers_2008/bergh_nilsson.pdf. Acessado em 27/08/2011

BIRDSALL, Nancy e LONDOÑO, Juan (1997). **Asset Inequality Matter: An Assessment of the World Banks Approach to Poverty Reduction**. *American Economic Review* 87(2):32-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2950879?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21101072220663>. Acessado em 06/11/2011.

BIRDSALL, Nancy e LONDOÑO, Juan (1998). **No Trade-off: Efficient Growth via More Equal Human Capital Accumulation**. In Nancy Birdsall, Carol Graham, and Richard Sobot, eds., *Beyond Tradeoffs: Market Reforms and Equitable Growth in Latin America*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank and Brookings Institution.

BERGESEN, Albert e BATA, Michelle (2002). **Global and National Inequality: Are They Connected?** *Journal of World-Systems Research*, VIII, I, Winter 2002, 130-144. Disponível em: <http://jwsr.ucr.edu/archive/vol8/number1/pdf/jwsr-v8n1-bergesenbata.pdf?referer=www.clickfind.com.au>. Acessado em 30/10/2011

BOURGUIGNON, François e MORRISON, Christian (1999). **Inequality Among World Citizens: 1820–1992**, *American Economic Review* 92(4): 727-744. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3083279?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21101072830283>. Acessado em 24/11/2011

BRYM, Robert (2006). **Sociologia: Sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Thomson Learning.

CALDERÓN, Fernando (2003). **¿Es sostenible la globalización en América Latina?: debates con Manuel Castells**. Madrid: Fondo de Cultura Económica.

DOLLAR, David, e KRAAY, Aart (2000). **Growth Is Good for the Poor**. World Bank, Development Research Group, Washington, D.C.

DOLLAR, David (2001). **Globalization, Inequality, and Poverty since 1980**. Development Research Group, World Bank. Disponível em: ftp://www.econ.bgu.ac.il/courses/Globalization_and_Development/Notes/Globalization-inequality-and-poverty.pdf. Acessado em 28/11/2011

DREHER, Axel (2006). **Does Globalization Affect Growth? Empirical Evidence from a new Index**. Applied Economics 38:1091-1110.

DREHER, Alex e GASTON, Noel (2006). **Has Globalization Increased Inequality?** KOF Working Papers / KOF Swiss Economic Institute No. 140.

DURKHEIM, Émile (2002). **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FANDIÑO, Juan (2012). **Movimento Histórico da Violência na América Latina: exclusão, egoísmo e altruísmo**. Não publicado.

FORSYTH, Justin (2000). Letter to *The Economist*. June 20, 2000, p.6.

GIDDENS, Anthony (2006). **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença.

GILBERT, Henry (2010). **Robin dos Bosques**. Lisboa: Publicações Europa-América.

HESHMATI, Almas (2003). **The Relationship between Income Inequality and Globalization**. The United Nations University, UNU/WIDER.

HOBBSBAWN, Eric (2007). **Globalização, Terrorismo e Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.

HUNTINGTON, Samuel (2010). **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva.

IANNI, Octavio (2001). **Globalização e nova ordem internacional**. In: O século XX. Org. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LI, Hongyi, Lyn Squire e Heng-fu Zou (1998). **Explaining International and Intertemporal Variations in Income Inequality**. *Economic Journal* 108(446):26–43.

LINDERT, P.H. e WILLIAMSON, J.G. (2001). **Does globalization make the World more unequal?** University of California, Davis and Harvard University. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c9590.pdf>. Acesso em 13/11/2011.

LUNDBERG, Mattias, e SQUIRE, Lyn (1999). **Growth and Inequality: Extracting the Lessons for Policymakers**. World Bank, Washington, D.C.

LUNDBERG, Mattias, e SQUIRE, Lyn (2003). **The Simultaneous Evolution of Growth and Inequality**. *Economic Journal* 113(487):326–44.

MADDISON, Agnus (2001). **Monitoring the World Economy 1820-1992**. Development Center Studies, Organization for Economic Co-operation and Development, Paris.

MAROCO, João (2007). **Análise Estatística com o SPSS**. Lisboa: Ed Silabo

MARX, Karl (1996). **O Capital**. Col. Economistas. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural.

MELLO, Alex Fiuza de (2000). **Capitalismo e Mundialização em Marx**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

MILANOVIC, Branko (2002). **Can we discern the effect of globalization on income distribution? Evidence from household budget surveys**. World Bank Policy Research Paper 2002:2876.

MILANOVIC, Branko (2002). **True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculation Based on Household Surveys Alone**. *Economic Journal* 112(476):51–92. 2002.

MILANOVIC, Branko (2005). **Can We Discern the Effect of Globalization on Income Distribution? Evidence from Household Surveys**. *The World Bank Economic Review*, vol. 19, nº 1, pp. 21-44. Disponível em: <http://www.cgdev.org/doc/event%20docs/MADS/Milanovic.pdf>. Acesso em 04/10/2011

MILLER, T.C. (2001) **Impact of globalization on U.S. wage inequality: implications for policy**, *North American Journal of Economics and Finance* 12(3), 219-42. 2001.

NEUTEL, Marcel e HESHMATI, Almas (2006). **Globalization, Inequality and Poverty Relationships: A Cross Country Evidence**. IZA Discussion Paper, No. 2223.

O'CALLAGHAN, Terry e GRIFFITHS, Martin (2000). **International Relations: The Key Concepts**. London: Routledge.

OHADI, Sepideh e Tayebi, Seyed (2009). **Relationship between Globalization and Inequality in Different Economic Blocks**, mimeo.

O'ROURKE, K (2001). **Globalization and inequality: Historical trends** NBER 2001:8339.

O'ROURKE, K. e WILLIAMSON, J. (2000). **Globalization and history: the evolution of a nineteenth-century Atlantic Economy**. The MIT Press.

RAVALLION, Martin (2001). **Growth, Inequality, and Poverty: Looking beyond Averages**. World Development 29(11):1803–15.

RIBEIRO, Valéria Lopes (2010). **A Economia Política dos Sistemas-Mundo e a Visão do Sistema Interestatal**. Disponível em:

< http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/a_economia_politica_dos_sistemas-mundo_e_a_visao_do_sistema_interestatal_capitalista.pdf>. Acessado em 21/09/2010.

ROMERO, Daniel (2009). **Marx sobre as Crises Econômicas do Capitalismo**. São Paulo: Sunderman.

SANDRONI, Paulo (1999). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). Os processos de da globalização in SANTOS, Boaventura de Sousa (org) *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Tania Steren (2001). **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 170-198.

SENE, Eustáquio (2007). **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto.

SFILIMBERGO, Antonio, Juan Luis Londono e Miguel Szekely (1999). **Income Distribution, Factor Endowment and Trade Openness**. Journal of Development Economics 59(1):77–101.

STEARNS, Peter (2010). **Globalization in World History**. London: Routledge.

THERBORN, Göran (2001). **Globalização e Desigualdade**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 170-198.

WADE, Robert (2004). **Is globalization reducing poverty and inequality?** Disponível em <http://www.lse.ac.uk/collections/DESTIN/pdf/Isglobreducing.pdf>. Acessado em 11/11/2010.

WALLERSTEIN, Immanuel (2001). **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto.

WILLIAMSON, J. G. (2002). **Winners and losers over two centuries of globalization**. WIDER Annual Lecture 6. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w9161>. Acesso em 29/10/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – O ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO KOF - DISCRIMINAÇÃO DAS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS RESPECTIVAS VARIÁVEIS CONSTITUINTES

1. Globalização Econômica:

1.1. Dados sobre os fluxos reais (50% do peso da Globalização Econômica):

1.1.1. Comércio exterior: é a soma das exportações e importações de bens e serviços, em porcentagem do PIB (21% dos 50%).

1.1.2. Investimento estrangeiro direto em ações: soma de entradas e saídas de capitais acionários estrangeiros, em porcentagem do PIB (28% dos 50%).

1.1.3. Carteira de investimentos: Soma das carteiras de investimentos estrangeiros em ações nas bolsas de valores do país ou em carteiras de investimentos, em porcentagem do PIB (24% dos 50%).

1.1.4. Pagamentos de rendimentos a estrangeiros: rendimentos referentes a remuneração de não residentes, por trabalho ou investimentos variados, em porcentagem do PIB (27% dos 50%).

1.2. Dados sobre restrições comerciais (50% do peso da Globalização Econômica).

1.2.1. Barreiras não explícitas à importação: o índice baseia-se no quesito do Relatório de Competitividade Global, que pergunta: “No seu país, barreiras tarifárias e não tarifárias reduzem significativamente a capacidade das mercadorias importadas para competir no mercado interno?” (24% dos 50%).

1.2.2. Média tarifária praticada em transações internacionais: É utilizada uma escala em que quanto maior a média de tarifas, menor é a pontuação neste indicador, sendo zero quando a tarifa média é de 50% da transação (27% dos 50%).

1.2.3. Impostos sobre o Comércio Internacional: Impostos sobre o comércio internacional, que incidem sobre importação e exportação, sobre os lucros nas transações internacionais, sobre operações de câmbio e de tudo que envolva ativos intangíveis, transações

sobre bens móveis e imóveis, estoques, heranças e sobre o capital em geral, exceto o que for doações (26% dos 50%).

1.2.4. Restrições às contas de capital: Índice baseado em dois componentes: (i) A partir do ano de 2002, este sub-componente é baseado na pergunta: “A propriedade estrangeira de empresas em seu país é (1) rara, limitada a participações minoritárias, e muitas vezes proibida em setores-chave ou (2) prevalecem e são incentivadas?”. Para os exercícios anteriores, esta subcomponente foi baseada em duas questões sobre “O acesso dos cidadãos aos mercados de capitais estrangeiros e o acesso de estrangeiros ao mercado de capitais doméstico”. (ii) Índice com base no relatório anual do FMI sobre câmbio e restrições cambiais, incluindo 13 diferentes tipos de controles de capitais. É construído pela subtração do número de restrições por 13 e multiplicando o resultado por 10 (23% dos 50%).

2. Globalização Social

2.1. Dados no contacto pessoal (34% do peso da Globalização Social).

2.1.1. Tráfego de linhas telefônicas: É o volume de comunicações telefônicas, em minuto falado *per capita*, entre pessoas do exterior com residentes (25% dos 34%).

2.1.2. Transferências: Soma de entradas e saídas de bens, serviços ou recursos financeiros recebidos ou enviados por residentes, sem contrapartida comercial, em porcentagem do PIB (4% dos 34%).

2.1.3. Turismo Internacional: Soma de chegadas e partidas de turistas internacionais em porcentagem da população do país (26% dos 34%).

2.1.4. População estrangeira residente: Percentual da população total que é estrangeira e reside no país (21% dos 34%).

2.1.5. Emissão de Correspondência Internacional: Número de cartas internacionais enviadas e recebidas, *per capita* (25% dos 34%).

2.2. Dados sobre os fluxos de informação (35% do peso da Globalização Social).

2.2.1. Usuários de Internet: número de pessoas com acesso à rede mundial de computadores, a cada mil habitantes (33% dos 35%).

2.2.2. Televisão: número de aparelhos de televisão, a cada mil habitantes (36% dos 35%).

2.2.3. Comércio de Jornais: a soma das exportações e importações em jornais e revistas (32% dos 35%).

2.3. Os dados sobre a proximidade cultural (31% do peso da Globalização Social).

2.3.1. Número de Restaurantes McDonalds: número de lojas da rede McDonalds *per capita* (44% dos 31%).

2.3.2. Número de lojas Ikea: número de lojas da rede Ikea *per capita* (45% dos 31%).

2.3.3. Comércio de livros: A soma das exportações e importações em livros em porcentagem do PIB do país (11% dos 31%).

3. Globalização Política

3.1. Embaixadas no País: número absoluto de embaixadas que estão no país (25% do peso da Globalização Política).

3.2. Filiação em Organizações Internacionais: número absoluto de organizações internacionais a que o país está filiado (28% do peso da Globalização Política).

3.3. Participação no Conselho de Segurança da ONU: membros destacados para missões no Conselho de Segurança da ONU *per capita* (22% do peso da Globalização Política).

3.4. Tratados Internacionais: Qualquer documento assinado entre dois ou mais Estados e ratificado pelo mais alto órgão legislativo de cada país desde 1945 e depositados no Escritório do Secretário Geral das Nações Unidas Nações (25% do peso da Globalização Política).

APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS PAÍSES

Para uma melhor compreensão, é bom saber que o Banco Mundial adota uma divisão do mundo em seis blocos geopolíticos³¹. Os países sublinhados são os 95 países que fazem parte da pesquisa, segundo os parâmetros já apontados:

América (América Latina e Caribe mais EUA e Canadá) : Antigua e Barbuda, Aruba, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Bolívia, Brasil, Ilhas Cayman, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, Rep. Dominicana, EUA, Guiné Equatorial, Equador, El Salvador, Granda, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, São Kitts e Névis, Santa Lúcia, São Martinho, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Turcas e Caicos, Uruguai, Venezuela e Ilhas Virgens.

Leste da Ásia e Pacífico: Austrália, Samoa Americana, Cambodia, China, Fiji, Indonésia, Singapura, Kiribati, Rep. Dem. da Coreia, Japão, Lao, Malásia, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Ilhas Salomão, Tailândia, Timor-Leste, Tuvalu, Tonga, Vanuatu, Vietnam, Japão, Nova Zelândia, Nova Caledônia, Ilhas Mariana do Norte, Brunei, Polinésia Francesa e Guam.

Ásia Central e Europa: Albânia, Andorra, Armênia, Azerbaijão, Áustria, Belarus, Bélgica, Croácia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estônia, Ilhas Faroe, Finlândia, França, Alemanha, Gibraltar, Grécia, Groenlândia, Hungria, Islândia, Irlanda, Ilha do Homem, Itália, Liechtenstein, San Marino, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Gibraltar, San Marino, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Suíça, Reino Unido, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Ilha de Man, Georgia, Kazakistão, Kirguistão, Letônia, Lituânia, Macedônia,

³¹ A divisão geopolítica do Banco Mundial, como aqui mostrada, está adaptada. Motivo: O Banco Mundial exclui da sua divisão geopolítica clássica, os países de mais alta renda (PIB *per capita* a partir de \$ 12.276), criando para eles um grupo especial, que envolve EUA, Japão, Israel, Austrália e outros, isto é, fugindo a uma classificação continental. Neste sentido, e para não misturar as tipologias de classificação (geopolítica com econômica), tivemos de redistribuir os países de mais alta renda em seus respectivos continentes, obtendo assim uma classificação integralmente geopolítica. EUA e Canadá tiveram de ser incluídos em “América”. Para mais informações, consulte: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications>.

Moldávia, Ilhas do Canal, Montenegro, Rep.Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Tadjiquistão, Turquia, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Oriente Médio e Norte da África: Faixa de Gaza, Arábia Saudita, Barein, Algeria, Djibuti, Egito, Catar, Iran, Iraque, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Oman, Tunísia, Gaza e Yemen.

Sul da Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri-Lanka.

África Subsaariana: Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Rep. Centroafricana, Chade, Comoros, Congo, Rep. Dem. do Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Mali, Maurício, Mauritânia, Maiote, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

APÊNDICE C – QUADROS DOS DADOS

QUADRO 3.1 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES PRINCIPAIS: ÍNDICE DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA EM 1980 E 2007 E SUAS VARIAÇÕES

Nome do País	G. Econ. (1980)	G. Econ. (2007)	Variação	G. Soc. (1980)	G. Soc. (2007)	Variação	G. Pol. (1980)	G. Pol. (2007)	Variação
Algeria	41.14	50.58	9.44	18.43	35.84	17.41	64.57	69.7	5.13
Argentina	36.21	50	13.79	28.48	49.62	21.14	81.16	94.11	12.95
Australia	48.91	77.66	28.75	64.37	82.83	18.46	86.72	91.71	4.99
Austria	56.03	89.09	33.06	77.04	92.02	14.98	90.97	97.09	6.12
Azerbaijan	36.09	65.09	29	36.08	52.86	16.78	12.59	56.86	44.27
Bahamas, The	39.2	37.26	-1.94	65.54	66.86	1.32	30.86	45.38	14.52
Bangladesh	9.09	34.45	25.36	7.36	19.94	12.58	37.74	77.49	39.75
Belarus	32.58	39.45	6.87	38.18	60.77	22.59	11.58	46.12	34.54
Belgium	85.64	91.34	5.7	57.6	90.42	32.82	93.6	98.13	4.53
Bolivia	45.47	60.27	14.8	26.87	34.53	7.66	50.52	78.88	28.36
Bosnia and Herzegovi	51.46	68.51	17.05	24.64	52.29	27.65	5.81	75.87	70.06
Botswana	69.06	68.51	-0.55	35.38	38.02	2.64	23.46	60.3	36.84
Brazil	41.11	57.02	15.91	28.31	42.21	13.9	68.95	93.22	24.27
Bulgaria	41.91	82.23	40.32	27.36	61.13	33.77	63.61	88.55	24.94
Canada	68.69	76.76	8.07	82.84	89.73	6.89	90.98	94.17	3.19
Chile	57.48	85.68	28.2	33.9	54.44	20.54	75.76	89.42	13.66
China	25.01	53.33	28.32	7.82	52.97	45.15	40.65	86.18	45.53
Colombia	26.29	55.34	29.05	30.73	48.25	17.52	58.15	81.45	23.3
Costa Rica	40.44	72.7	32.26	42.41	63.11	20.7	57.82	60.88	3.06
Croatia	.	75.8	.	.	70.76	.	.	85.29	.
Czech Republic	.	88.04	.	.	83.34	.	.	90.01	.
Denmark	64.1	87.86	23.76	63.21	87.82	24.61	95.54	94.67	-0.87
Dominican Republic	29.98	61.42	31.44	32.47	52.89	20.42	48.85	74.58	25.73
Egypt, Arab Rep.	30.88	50.74	19.86	21.9	47.03	25.13	62.85	93.4	30.55
El Salvador	34.79	67.31	32.52	39.17	53.82	14.65	51.02	78.25	27.23
Ethiopia	26.6	26.77	0.17	9.03	18.61	9.58	43.12	83.27	40.15
Finland	52.65	86.95	34.3	47.5	83.8	36.3	88.41	92.3	3.89
France	56.18	83	26.82	57.01	85.94	28.93	96.55	98.21	1.66
Gabon	41.95	48.09	6.14	42.44	44.21	1.77	48.94	73.72	24.78
Georgia	50.11	75.63	25.52	45.14	50.47	5.33	7.7	49.99	42.29
Germany	56.08	82.03	25.95	69.42	84.56	15.14	52.89	93.76	40.87

Ghana	15.55	48.28	32.73	18.58	36.4	17.82	79.26	85.41	6.15
Greece	56.81	76.32	19.51	32.11	66.19	34.08	66.1	93.58	27.48
Guatemala	34.04	59.8	25.76	29.56	48.86	19.3	56.48	83.09	26.61
Honduras	40.12	69.88	29.76	27.46	48.61	21.15	40.14	69.32	29.18
Hungary	48.08	90.3	42.22	40.66	81.16	40.5	64.72	92.11	27.39
India	15.98	42.87	26.89	6.99	31.78	24.79	67.22	92.49	25.27
Indonesia	33.55	65.01	31.46	6.94	32.49	25.55	56.1	86.03	29.93
Iran, Islamic Rep.	17.16	26.4	9.24	21.23	28.63	7.4	43.49	70.2	26.71
Ireland	85.58	94.04	8.46	62.26	78.32	16.06	79.26	89.83	10.57
Israel	64.91	83.05	18.14	42.43	63.9	21.47	53.83	64.05	10.22
Italy	42.91	73.71	30.8	36.89	77.43	40.54	92.07	98.15	6.08
Jamaica	56.91	76.59	19.68	44.21	50.62	6.41	49.82	71.94	22.12
Japan	34.86	58.86	24	36.21	69.84	33.63	68.28	89.15	20.87
Jordan	52.33	72.44	20.11	39.08	64.21	25.13	46.34	87.09	40.75
Kazakhstan	56.77	67.35	10.58	26.65	46.59	19.94	12.92	68.38	55.46
Kenya	24.69	39.93	15.24	15.48	30.84	15.36	54.53	85.53	31
Korea, Dem. Rep.	18.06	38.19	20.13
Kyrgyz Republic	47.76	57.04	9.28	41.89	56.01	14.12	9.04	68.23	59.19
Latvia	.	81.67	.	.	69.84	.	.	57.82	.
Lithuania	.	80.14	.	.	68.05	.	.	77.16	.
Luxembourg	92.55	93.35	0.8	60.78	81.39	20.61	57.93	82.09	24.16
Macedonia, FYR	39.35	70.63	31.28	42.19	66.19	24	9.31	49.55	40.24
Madagascar	11.75	44.89	33.14	14.88	22.61	7.73	37.55	69.1	31.55
Malawi	51.6	43.15	-8.45	22.42	28.79	6.37	28.74	64.9	36.16
Malaysia	61.88	76.31	14.43	32.56	63.39	30.83	49.2	84.89	35.69
Mauritius	32.62	70.32	37.7	42.21	66.8	24.59	33.83	63.14	29.31
Mexico	37.98	58.79	20.81	31.6	53.04	21.44	64.52	72.57	8.05
Moldova	45.42	71.13	25.71	36.54	59.46	22.92	6.59	57.27	50.68
Morocco	33.01	49.84	16.83	26.17	53.09	26.92	62.84	90.34	27.5
Nepal	15.2	30.59	15.39	10.85	23.73	12.88	47.04	70.14	23.1
Netherlands	79.94	92.1	12.16	76.16	88.76	12.6	94.06	95.99	1.93
New Zealand	50.21	82.44	32.23	65.1	75.35	10.25	68.82	82.2	13.38
Nigeria	22.47	65.15	42.68	24.79	27.46	2.67	82.19	90.77	8.58
Norway	66.77	77.77	11	60.37	83.78	23.41	92.14	91.34	-0.8
Pakistan	21.99	43.54	21.55	13.89	36.99	23.1	56.26	89.64	33.38
Panama	66.83	80.99	14.16	48.4	60.22	11.82	56.61	61.39	4.78
Peru	29.16	70.07	40.91	20.22	45.65	25.43	62.5	86.09	23.59

Philippines	34.71	57.84	23.13	19.72	41.19	21.47	54.09	85.31	31.22
Poland	40.29	75.8	35.51	40.24	77.09	36.85	83.85	94.9	11.05
Portugal	58.59	85.01	26.42	40.36	84.84	44.48	66.05	94.83	28.78
Puerto Rico	.	.	.	54.25	73.42	19.17	3.77	4.61	0.84
Russian Federation	.	56.3	.	.	68.85	.	.	85.44	.
Sierra Leone	17.71	39.41	21.7	14.41	19.57	5.16	36.1	60.5	24.4
Singapore	91.31	97.39	6.08	80.76	79.07	-1.69	41.96	73.42	31.46
Slovak Republic	.	86.39	.	.	84.45	.	.	84.88	.
Slovenia	.	82.52	.	.	75.04	.	.	82.34	.
South Africa	59.67	70.58	10.91	24.91	47.71	22.8	35.79	87.63	51.84
Spain	48.3	80.48	32.18	50.7	81.93	31.23	72.85	96.62	23.77
Sweden	52.73	88.68	35.95	76.34	85.81	9.47	95.54	96.74	1.2
Switzerland	77.39	82.76	5.37	80.01	92.55	12.54	72.02	93.8	21.78
Tajikistan	.	.	.	20.59	28.84	8.25	8.2	43.22	35.02
Thailand	32.02	68.41	36.39	18.16	48.8	30.64	47.38	80.78	33.4
Trinidad and Tobago	51.82	74.69	22.87	42.66	47.21	4.55	39.9	50.26	10.36
Tunisia	44.11	62.06	17.95	35.47	44.33	8.86	64.92	88.55	23.63
Turkey	33.93	59.94	26.01	23.79	52.25	28.46	63.66	88.59	24.93
Turkmenistan	.	.	.	36.23	38.15	1.92	5.16	39.3	34.14
Uganda	19.46	46.91	27.45	14.27	24.35	10.08	45.37	72.8	27.43
Ukraine	.	60.87	.	.	53.94	.	.	86.31	.
United Kingdom	72.06	83.78	11.72	62.44	87.4	24.96	72.62	72	-0.62
United States	58.06	75.3	17.24	57.59	78.46	20.87	89.13	93.6	4.47
Uruguay	42.39	66.65	24.26	37.38	52.32	14.94	68.59	86.6	18.01
Uzbekistan	.	.	.	26.6	37.32	10.72	11.58	47.08	35.5
Venezuela, RB	33.22	49.95	16.73	29.79	52.63	22.84	59.97	68.39	8.42
Zambia	48.97	70.51	21.54	25.77	30.44	4.67	40.82	76.96	36.14

Fonte: Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique

QUADRO 3.2 – VARIÁVEIS INDEPENDENTES ACESSÓRIAS: PIB PER CAPITA E CONSUMO DE ENERGIA EM 1980 E 2007 E SUAS VARIAÇÕES

Nome do País	PIB p.c. (1980)	PIB p.c. (2007)	Variação	Energia p.c. (1980)	Energia p.c. (2007)	Variação
Algeria	2251.1	4005.22	1754.15	595.87	1085.25	489.38
Argentina	2735.8	6623.86	3888.02	1486.61	1867.25	380.64
Australia	10263	40660.4	30397.45	4737.48	5906.23	1168.75
Austria	10786	44850.12	34064.01	3065.54	4005.88	940.34
Azerbaijan	.	3851.33	.	.	1407.48	.
Bahamas, The	6340.5	21997.01	15656.55	.	2155.93	.
Bangladesh	224.68	475.25	250.57	104.21	184.03	79.82
Belarus	.	4666.64	.	.	2891.98	.
Belgium	12706	43161.37	30455.04	4749.47	5366.71	617.24
Bolivia	847.71	1386.43	538.72	455.66	603.9	148.24
Bosnia and Herzegovi	.	4029.27	.	.	1481.33	.
Botswana	1065.2	6420.84	5355.61	.	1045.89	.
Brazil	1931	7197.03	5266.04	935.48	1240.22	304.74
Bulgaria	2261.3	5498.04	3236.74	3203.45	2624.49	-578.96
Canada	10934	43184.91	32251.18	7831.46	8251.46	420
Chile	2466.5	9878.72	7412.24	847.85	1844.92	997.07
China	193.02	2651.26	2458.24	609.93	1489.08	879.15
Colombia	1242.8	4676.43	3433.61	689.68	664.18	-25.5
Costa Rica	2061.8	5899.27	3837.5	651.63	1118.45	466.82
Croatia	.	13372.29	.	.	2101.22	.
Czech Republic	.	16858.16	.	4588.25	4429.77	-158.48
Denmark	13607	57021.17	43414.03	3735.12	3599.05	-136.07
Dominican Republic	1144.5	4334.33	3189.88	592.85	840.33	247.48
Egypt, Arab Rep.	509.7	1695.74	1186.04	337.27	874.1	536.83
El Salvador	767.56	3339.97	2572.41	540.99	813.65	272.66
Ethiopia	.	251.58	.	305.76	395.05	89.29
Finland	11084	46505.05	35421.25	5146.23	6925.87	1779.64
France	12526	40459.73	27933.68	3479.7	4134.51	654.81
Gabon	6268.6	8127.67	1859.04	2012.77	1314.24	-698.53
Georgia	.	2318.13	.	.	760.19	.
Germany	11744	40467.87	28723.63	4561.46	4046.6	-514.86
Ghana	406.97	1084.54	677.57	1430.45	418.01	-1012.44
Greece	5671.2	27766.94	22095.75	1553.67	2699.69	1146.02

Guatemala	1119.7	2553.6	1433.91	540.47	620.11	79.64
Honduras	707.35	1731.07	1023.72	914.06	662.82	-251.24
Hungary	2069.9	13713.22	11643.32	2647.96	2657.97	10.01
India	267.41	1104.59	837.18	301.92	529.08	227.16
Indonesia	517.26	1858.82	1341.56	379.65	820.01	440.36
Iran, Islamic Rep.	2334.1	4004.42	1670.33	995.37	2718.2	1722.83
Ireland	6206.1	59488.95	53282.89	2421.64	3441.87	1020.23
Israel	5616.6	23257.28	17640.73	2017.28	3021.13	1003.85
Italy	8148.1	35641.12	27493.02	2318.43	3016.32	697.89
Jamaica	1256.2	4818.65	3562.49	1067.98	1843.19	775.21
Japan	9170.9	34264.05	25093.14	2950.14	4033.22	1083.08
Jordan	1816.5	3137.65	1321.17	689.59	1271.81	582.22
Kazakhstan	.	6771.65	.	.	4293.54	.
Kenya	446.61	724.92	278.31	463.62	466.58	2.96
Korea, Dem. Rep.	.	.	.	1761.26	765.35	-995.91
Kyrgyz Republic	.	726.4	.	.	586.46	.
Latvia	.	12638.15	.	.	2051.76	.
Lithuania	.	11584.24	.	.	2740.83	.
Luxembourg	16357	106901.6	90544.23	9753.36	8791.79	-961.57
Macedonia, FYR	.	3984.44	.	.	1486.38	.
Madagascar	469.52	386.86	-82.66	.	.	.
Malawi	198.35	254.49	56.14	.	.	.
Malaysia	1802.8	6899.6	5096.82	859.13	2556.42	1697.29
Mauritius	1176.6	6180.71	5004.16	.	947.1	.
Mexico	2825.9	9484.73	6658.81	1382.96	1614.04	231.08
Moldova	.	1230.81	.	.	932.93	.
Morocco	954.54	2388.79	1434.25	248.89	462.87	213.98
Nepal	129.34	362.22	232.88	303.22	337.28	34.06
Netherlands	12775	47770.8	34995.51	.	4897.91	.
New Zealand	7346.7	32712.23	25365.56	2886.28	3947.21	1060.93
Nigeria	849.87	1129.09	279.22	694.44	716.71	22.27
Norway	15574	82294.16	66719.88	4477.39	5829.29	1351.9
Pakistan	294.31	870.63	576.32	309.42	512.64	203.22
Panama	1951	5907.47	3956.5	720.42	842.82	122.4
Peru	1195.2	3807.18	2611.98	651.25	499.64	-151.61
Philippines	689.5	1684.78	995.28	464.81	451.06	-13.75
Poland	.	11157.27	.	3558.94	2544.43	-1014.51
Portugal	3319.9	21845.24	18525.33	1022.53	2362.76	1340.23

Puerto Rico	4502.8
Russian Federation	.	9146.42	.	.	4733.22	.
Sierra Leone	348.13	303.69	-44.44	.	.	.
Singapore	4990	38645.48	33655.5	.	4267.75	.
Slovak Republic	.	15608.09	.	3982.3	3307.01	-675.29
Slovenia	.	23445	.	.	3627.13	.
South Africa	2926.8	5930.07	3003.24	2361.62	2783.68	422.06
Spain	6045.1	32129.57	26084.43	1810.68	3205.73	1395.05
Sweden	15901	50558.4	34657.68	4871.84	5469.01	597.17
Switzerland	17385	57490.39	40105.89	3170.75	3406.65	235.9
Tajikistan	.	563.18	.	.	393.98	.
Thailand	681.38	3642.92	2961.54	463.43	1533	1069.57
Trinidad and Tobago	5783.6	16398.09	10614.49	3536.45	14396.47	10860.02
Tunisia	1369.5	3483.54	2114.01	511.9	864.15	352.25
Turkey	1559.7	9246.03	7686.37	712.95	1428.79	715.84
Turkmenistan	.	2606.42	.	.	3751.72	.
Uganda	98.29	392.75	294.46	.	.	.
Ukraine	.	3068.61	.	.	2953	.
United Kingdom	9623	46091.59	36468.62	3523.66	3444.41	-79.25
United States	12180	46405.6	34226.04	7942.25	7747.68	-194.57
Uruguay	3486.8	7183.34	3696.5	906.79	953.1	46.31
Uzbekistan	.	830.41	.	.	1812.62	.
Venezuela, RB	4464.9	8242.82	3777.94	2353.91	2314.27	-39.64
Zambia	672.52	957.37	284.85	778.51	593.51	-185

Fonte: Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique

QUADRO 3.3 – COEFICIENTE DE GINI EM 1980, 2007 E SUA VARIAÇÃO

Nome do País	Coef. Gini (1980)	Coef. Gini (2007)	Variação
Algeria	38.3	35.6	-2.7
Argentina	41.5	43.7	2.2
Australia	38.1	33.2	-4.9
Austria	27.2	26.7	-0.5
Azerbaijan	23.9	18.5	-5.4
Bahamas, The	36.2	30.1	-6.1
Bangladesh	49.5	40.9	-8.6
Belarus	22	26.9	4.9
Belgium	28.3	29.4	1.1
Bolivia	42.6	53.3	10.7
Bosnia and Herzegovi	25.3	33.9	8.6
Botswana	53.4	51.2	-2.2
Brazil	56	57.1	1.1
Bulgaria	25	29.4	4.4
Canada	28.2	31.5	3.3
Chile	53.2	55.2	2
China	31.7	39.8	8.1
Colombia	54.7	62.3	7.6
Costa Rica	50	51.3	1.3
Croatia	25.3	29	3.7
Czech Republic	21.3	25.5	4.2
Denmark	26.8	24.6	-2.2
Dominican Republic	45	54.2	9.2
Egypt, Arab Rep.	38	31.8	-6.2
El Salvador	48.4	53.1	4.7
Ethiopia	32.7	29.7	-3
Finland	21.8	26.2	4.4
France	33.1	31.4	-1.7
Gabon	63.2	41.1	-22.1
Georgia	23.4	39.6	16.2
Germany	28.7	31.2	2.5
Ghana	36.3	40.8	4.5
Greece	32.1	33.7	1.6
Guatemala	40.7	57	16.3
Honduras	53.6	52.5	-1.1

Hungary	21.2	28.1	6.9
India	32.1	34.1	2
Indonesia	38.6	39	0.4
Iran, Islamic Rep.	44.1	41.5	-2.6
Ireland	33.4	31	-2.4
Israel	30.4	37	6.6
Italy	32.2	33.9	1.7
Jamaica	72.2	48.1	-24.1
Japan	25.3	35.9	10.6
Jordan	32	38.8	6.8
Kazakhstan	24.3	36.3	12
Kenya	52.4	48.2	-4.2
Korea, Dem. Rep.	39.1	32.6	-6.5
Kyrgyz Republic	22.8	38.1	15.3
Latvia	24.5	36.9	12.4
Lithuania	22	35.3	13.3
Luxembourg	25.8	27.9	2.1
Macedonia, FYR	25.3	36.8	11.5
Madagascar	45.5	44.3	-1.2
Malawi	42.5	39.3	-3.2
Malaysia	52.7	37.1	-15.6
Mauritius	40.4	39.5	-0.9
Mexico	50	51.9	1.9
Moldova	21.6	37.3	15.7
Morocco	58.5	41.3	-17.2
Nepal	44.6	48.5	3.9
Netherlands	28.4	27	-1.4
New Zealand	26.2	32.6	6.4
Nigeria	41.1	43.8	2.7
Norway	22.3	24.4	2.1
Pakistan	32.3	32.5	0.2
Panama	49	57.2	8.2
Peru	60.4	50.6	-9.8
Philippines	41.9	42.6	0.7
Poland	24.4	34.2	9.8
Portugal	36.8	38.6	1.8
Puerto Rico	34	42.8	8.8
Russian Federation	24.5	45.9	21.4

Sierra Leone	51.9	44.7	-7.2
Singapore	31	39.2	8.2
Slovak Republic	21.3	23.4	2.1
Slovenia	25.3	24.9	-0.4
South Africa	64.4	67.8	3.4
Spain	34.5	34.7	0.2
Sweden	32.4	26	-6.4
Switzerland	38.7	31.1	-7.6
Tajikistan	23.6	33	9.4
Thailand	41.6	41.1	-0.5
Trinidad and Tobago	41.6	37.6	-4
Tunisia	40.8	40.8	0
Turkey	51	41.8	-9.2
Turkmenistan	24.8	40.3	15.5
Uganda	39.2	39.1	-0.1
Ukraine	26.9	32.5	5.6
United Kingdom	26.9	35.3	8.4
United States	30.1	36.6	6.5
Uruguay	41.4	43.1	1.7
Uzbekistan	23.2	36.4	13.2
Venezuela, RB	42.4	40.1	-2.3
Zambia	51	50.3	-0.7
Média	36,6	38,5	---

Fonte: Banco Mundial

QUADRO 3.4 – VARIÁVEL DE DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA – PIB (2007) E POPULAÇÃO (2007)

Nome do País	PIB (2007)	Nome do País	População (2007)
Algeria	\$135,803,556,325.00	Algeria	33,906,605
Argentina	\$260,768,703,249.00	Argentina	39,368,066
Australia	\$856,816,361,781.00	Australia	21,072,500
Austria	\$375,041,784,030.00	Austria	8,300,788
Azerbaijan	\$33,049,380,918.00	Azerbaijan	8,581,300
Bahamas, The	\$7,233,960,000.00	Bahamas, The	328,861
Bangladesh	\$68,415,421,373.00	Bangladesh	143,956,805
Belarus	\$45,275,711,996.00	Belarus	9,702,000
Belgium	\$459,338,824,425.00	Belgium	10,625,700
Bolivia	\$13,120,517,443.00	Bolivia	9,463,497
Bosnia and Herzegovi	\$15,240,296,711.00	Bosnia and Herzegovi	3,779,034
Botswana	\$12,376,435,510.00	Botswana	1,927,540
Brazil	\$1,365,982,651,542.00	Brazil	189,798,070
Bulgaria	\$42,113,655,820.00	Bulgaria	7,659,764
Canada	\$1,424,065,729,448.00	Canada	32,976,000
Chile	\$164,315,221,642.00	Chile	16,633,254
China	\$3,494,055,944,791.00	China	1,317,885,000
Colombia	\$207,410,686,362.00	Colombia	44,352,327
Costa Rica	\$26,321,999,643.00	Costa Rica	4,452,608
Croatia	\$59,335,976,948.00	Croatia	4,436,000
Czech Republic	\$174,214,943,907.00	Czech Republic	10,334,160
Denmark	\$311,417,601,999.00	Denmark	5,461,438
Dominican Republic	\$41,314,666,869.00	Dominican Republic	9,531,954
Egypt, Arab Rep.	\$130,477,817,194.00	Egypt, Arab Rep.	76,941,572
El Salvador	\$20,104,900,000.00	El Salvador	6,100,868
Ethiopia	\$19,552,720,846.00	Ethiopia	77,718,436
Finland	\$246,127,357,186.00	Finland	5,288,720
France	\$2,582,389,733,356.00	France	63,826,178
Gabon	\$11,570,855,623.00	Gabon	1,423,637
Georgia	\$10,172,869,674.00	Georgia	4,388,400
Germany	\$3,323,807,412,152.00	Germany	82,266,372
Ghana	\$24,632,480,407.00	Ghana	22,712,403
Greece	\$304,899,439,480.00	Greece	11,192,763

Guatemala	\$34,113,106,486.00	Guatemala	13,358,842
Honduras	\$12,361,257,345.00	Honduras	7,158,819
Hungary	\$136,102,020,867.00	Hungary	10,055,780
India	\$1,242,426,253,335.00	India	1,124,786,997
Indonesia	\$432,216,737,775.00	Indonesia	232,461,746
Iran, Islamic Rep.	\$286,057,933,326.00	Iran, Islamic Rep.	71,435,498
Ireland	\$259,189,257,040.00	Ireland	4,356,931
Israel	\$166,989,605,901.00	Israel	7,180,100
Italy	\$2,116,201,719,011.00	Italy	59,375,289
Jamaica	\$12,893,737,821.00	Jamaica	2,675,800
Japan	\$4,377,943,849,041.00	Japan	127,770,750
Jordan	\$17,765,381,660.00	Jordan	5,662,000
Kazakhstan	\$104,853,480,212.00	Kazakhstan	15,484,192
Kenya	\$27,173,670,134.00	Kenya	37,485,246
Korea, Dem. Rep.	.	Korea, Dem. Rep.	24,008,606
Kyrgyz Republic	\$3,802,566,171.00	Kyrgyz Republic	5,234,800
Latvia	\$28,765,687,042.00	Latvia	2,276,100
Lithuania	\$39,103,973,051.00	Lithuania	3,375,618
Luxembourg	\$51,312,004,029.00	Luxembourg	479,993
Macedonia, FYR	\$8,159,825,620.00	Macedonia, FYR	2,047,922
Madagascar	\$7,342,683,288.00	Madagascar	18,980,391
Malawi	\$3,458,333,169.00	Malawi	13,589,404
Malaysia	\$186,777,261,971.00	Malaysia	27,051,142
Mauritius	\$7,791,974,522.00	Mauritius	1,260,692
Mexico	\$1,035,929,522,496.00	Mexico	109,220,753
Moldova	\$4,402,495,921.00	Moldova	3,576,904
Morocco	\$75,226,318,359.00	Morocco	31,011,199
Nepal	\$10,277,619,342.00	Nepal	28,373,838
Netherlands	\$782,566,743,038.00	Netherlands	16,381,696
New Zealand	\$138,317,139,637.00	New Zealand	4,228,300
Nigeria	\$165,920,866,365.00	Nigeria	146,951,477
Norway	\$387,535,804,643.00	Norway	4,709,153
Pakistan	\$143,171,182,643.00	Pakistan	164,445,596
Panama	\$19,794,000,000.00	Panama	3,350,673
Peru	\$107,233,299,365.00	Peru	28,166,078
Philippines	\$149,359,920,006.00	Philippines	88,652,631
Poland	\$425,321,502,151.00	Poland	38,120,560
Portugal	\$231,741,573,803.00	Portugal	10,608,335

Puerto Rico	.	Puerto Rico	3,941,235
Russian Federation	\$1,299,705,764,824.00	Russian Federation	142,100,000
Sierra Leone	\$1,663,712,059.00	Sierra Leone	5,478,289
Singapore	\$168,196,798,691.00	Singapore	4,588,600
Slovak Republic	\$84,108,560,088.00	Slovak Republic	5,397,318
Slovenia	\$47,306,799,054.00	Slovenia	2,018,122
South Africa	\$286,169,133,892.00	South Africa	48,257,282
Spain	\$1,441,941,152,801.00	Spain	44,878,945
Sweden	\$462,512,853,670.00	Sweden	9,148,092
Switzerland	\$434,116,631,637.00	Switzerland	7,551,117
Tajikistan	\$3,719,497,371.00	Tajikistan	6,604,426
Thailand	\$246,977,009,039.00	Thailand	67,796,451
Trinidad and Tobago	\$21,738,492,063.00	Trinidad and Tobago	1,325,672
Tunisia	\$38,933,879,781.00	Tunisia	10,225,100
Turkey	\$647,155,131,629.00	Turkey	69,992,754
Turkmenistan	\$12,664,165,103.00	Turkmenistan	4,858,843
Uganda	\$11,916,019,463.00	Uganda	30,339,895
Ukraine	\$142,719,009,901.00	Ukraine	46,509,350
United Kingdom	\$2,810,971,803,142.00	United Kingdom	60,986,649
United States	\$13,995,000,000,000.00	United States	301,580,000
Uruguay	\$23,876,761,050.00	Uruguay	3,323,906
Uzbekistan	\$22,311,393,928.00	Uzbekistan	26,867,800
Venezuela, RB	\$226,537,506,288.00	Venezuela, RB	27,483,000
Zambia	\$11,541,428,666.00	Zambia	12,055,384

Fonte: Banco Mundial